

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ENSINO À DISTÂNCIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIENE ARMINDO DE OLIVEIRA

A HISTÓRIA DAS MULHERES NO PERÍODO DA DITADURA NO BRASIL

VITÓRIA – ES
2024

LUCIENE ARMINDO DE OLIVEIRA

A HISTÓRIA DAS MULHERES NO PERÍODO DA DITADURA NO BRASIL

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Licenciatura em História.
Orientador (a): Solange Faria Prado.

VITÓRIA-ES
2024

DEDICATÓRIA

A minha família e amigos que me apoiaram incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Concluir o curso de história representa a realização de um sonho em minha vida e tenho muitos motivos para agradecer.

Desde o início da caminhada, Deus sempre esteve presente, dias e noites se passaram durante esses quatro anos e muitas vitórias foram conquistadas. Amizades foram criadas, e muitos conhecimentos valiosos foram adquiridos. Agora que alcanço o meu objetivo, agradeço a Ti Senhor.

Gratidão à minha família que me apoiou, compartilhando os meus ideais de forma incondicional, incentivando-me a prosseguir na jornada, me mostrando que eu deveria seguir sem medo, independentemente dos obstáculos, que surgissem em meu caminho. Agradeço de modo especial aos meus irmãos e tios por todo carinho.

Quero, expressar a minha eterna gratidão, aos meus avós maternos (in memória), que em suas simplicidades, me educaram, me ensinaram a lutar pelos meus sonhos e foram exemplos de vida que serviram para mim de inspiração. Embora hoje vocês não estão mais presentes fisicamente, vocês permanecem vivos no meu coração e na minha memória. A vocês dedico essa vitória.

Aos meus amigos e colegas a minha sincera gratidão, sem o apoio de vocês eu não teria conseguido chegar até aqui. É difícil expressar em palavras cada momento vivido com vocês, foram tantas lutas juntas que sempre as teremos como experiências. Juntos buscamos conhecimentos na certeza de que demos um grande passo. Foram tantos momentos juntos que carregaremos as amizades adquiridas entre nós no decorrer dos nossos estudos.

Não somos apenas colegas, mas sim criamos laços de amizades que vão além das salas de aulas, amigos que sonham os mesmos ideais. Obrigada por cada experiência compartilhada e por tornarem essa caminhada mais fácil e tranquila.

Aos professores, a minha mais sincera gratidão. Agradeço pelas orientações, pela dedicação e renúncias pessoais, para que pudessem repartir as suas experiências de vida e me auxiliar a trilhar na caminhada de estudos históricos. Vocês foram mais do que mestres, foram amigos compartilhando suas experiências, me guiando por caminhos de grandes aprendizados, a vocês meu carinho e minha eterna gratidão.

Agradeço aos professores responsáveis por supervisionar os estágios, que tiveram maior disponibilidade para me auxiliar. O apoio de vocês foi essencial, para que as experiências fossem realizadas na prática. À direção e funcionários das escolas que me acolheu durante este período, de modo especial a Escola Estadual de Ensino Médio e

Fundamental - EEEFM Job Pimentel de Mantenópolis e a EEEFM Pastor Antônio Nunes de Carvalho da cidade de Alto Rio Novo , minha gratidão por acreditarem na realização deste sonho.

A todos que de forma direta e indireta, que contribuíram para que o sonho de concluir o curso de história, se realizasse em minha vida o meu muito obrigado! Se pudesse resumir em apenas uma palavra o meu sentimento nesse momento seria: Gratidão!

LISTA DE SIGLAS

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases

CDNM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

DEAMs – Delegacia de Atendimento as Mulheres

DML – Departamento Médico Legal

DOI – CODI – Departamento de Operação de Informação – Centro de Operações e Defesa Interna.

IML – Institutos Médicos Legais

IPAISM – Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

ME – Movimento Estudantil

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MS – Ministério da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNEVCM – Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres

POLOP – Organização Política Operária

POR-T – Partido Operário Revolucionário - Trotskista

SUPRA – Superintendência da Política da Reforma Agrária

SUS – Sistema Único de Saúde

USP – Universidade de São Paulo

VAR – Vanguarda Armada Revolucionária

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o tema a História das mulheres no período da ditadura militar no Brasil, devido a importância na historiografia sobre a evolução feminina, na luta pela igualdade de gênero e para participar de todas as esferas da sociedade brasileira. Nesse sentido o trabalho foi desenvolvido com intuito de analisar como se deu o processo de luta e resistência da mulher durante o período da ditadura que foi de 1964-1985 e o legado deixado por essas mulheres, visto que o período foi o período que a mulher mais se destacou, uma fase que ela se desenvolveu, deixando de lado o patriarcado e despertando para uma vida de direitos políticos, econômicos, culturais e sociais. Para a redação do mesmo, foram feitas pesquisas em diversos artigos, teses e obras que retratam a atuação das mulheres nos movimentos feministas, as mulheres guerrilheiras e sobre as torturas sofridas durante a ditadura. As pesquisas realizadas em fontes historiográficas sobre o contexto de luta das mulheres que buscavam a igualdade de gênero e por ocupar um espaço na política, na economia e na sociedade. Além disso, são citados nomes de mulheres que se envolveram nas lutas de resistência e luta contra o governo militar e pela restauração da democracia brasileira.

Palavras-chave: mulher, ditadura militar, resistência , democracia.

ABSTRACT

The present work deals with the theme of the History of women in the period of the military dictatorship in Brazil, due to the importance in the history of female evolution, in the struggle for gender equality and to participate in all spheres of Brazilian society. In this sense, the work was developed in order to analyze how the process of struggle and resistance of women took place during the period of the dictatorship that was from 1964-1985 and the legacy left by these women, since the period was the period that women stood out the most, a phase in which they developed, leaving aside patriarchy and awakening to a life of political, economic, cultural and social rights. For the writing of the same, research was carried out in several articles, theses and works that portray the role of women in feminist movements, women guerrillas and the torture suffered during the dictatorship. The research carried out in historiographical sources on the context of the struggle of women who sought gender equality and for occupying a space in politics, economy and society. In addition, the names of women who were involved in the struggles of resistance and struggle against the military government and for the restoration of Brazilian democracy are mentioned.

Keywords: woman, military dictatorship, resistance, democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1. CAPÍTULO I: CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO PRÉ-DITADURA A SUA INSTAURAÇÃO NO BRASIL 13

1.1. MOVIMENTOS FEMINISTAS: DO PERÍODO ANTERIOR À DITADURA MILITAR AOS DIAS ATUAIS 16

1.2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS 24

1.3. AS EXPECTATIVAS E A REALIDADE: O PAPEL DA MULHER NO CENÁRIO CULTURAL 26

2. CAPÍTULO II: MULHERES NOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR 30

2.1. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE LUTA E RESISTÊNCIA 32

2.2. MULHERES NA DITADURA E AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS 34

2.3. MULHERES MILITANTES NA DITADURA MILITAR 37

3. CAPÍTULO III: O LEGADO DA RESISTÊNCIA DA MULHER E OS IMPACTOS NO PÓS-DITADURA MILITAR 40

3.1. A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DO FEMINISMO FRENTE AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO 43

3.2. O LEGADO DEIXADO PELAS MULHERES DA DITADURA MILITAR E AS LEGISLAÇÕES ATUAIS 47

3.3. DISCUSSÕES E RESULTADOS SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA 51

CONCLUSÃO 56

REFERÊNCIAS 58

INTRODUÇÃO

O período da ditadura militar no Brasil teve uma duração de vinte e um (21) anos, iniciou-se em 1964 e terminou em 1985 com a redemocratização do Brasil. A escolha do tema se deu devido a curiosidade em entender como se deu o processo de resistência e luta das mulheres no período da ditadura, bem como o legado deixado por elas para as mulheres da sociedade contemporânea. O golpe militar aconteceu no período em que muitos países temiam o avanço do comunismo.

O trabalho foi dividido em três capítulos e subtítulos que tratam sobre os períodos que precedem ao golpe de 1964. No primeiro capítulo será discorrido sobre o Contexto social e político que antecede a ditadura e como foi a instauração desse período no Brasil, sobre os movimentos feministas que impulsionaram a resistência e participação das mulheres na luta contra a ditadura militar e que influenciam a mulher contemporânea.

O segundo capítulo faz uma abordagem a participação das mulheres nos movimentos de resistência e repressão sofrida pelas mãos dos militares e sobre as militantes ao qual são citados alguns nomes de mulheres que atuaram na luta e resistência, e ainda discorre sobre os diversos tipos de violações de direitos sofridos, violências, torturas, prisões, enfim sobre a forma que elas eram tratadas por se opor ao governo militar e por lutar por igualdade de participação nas questões da sociedade brasileira.

O terceiro capítulo se refere ao legado deixado pelas mulheres da ditadura para as mulheres da atualidade, as conquistas e os direitos que as mulheres ainda possuem e a influência deixada de que a mulher não é um ser frágil, que não suporta as lutas que surgem ao longo dos tempos, e que elas são capazes de interferir e transformar a sociedade através de lutas e enfrentamento das inúmeras situações que as colocam em situação de desigualdade social, profissional, econômica, política e cultural. Além disso, o capítulo apresenta as legislações para garantia dos direitos femininos e a herança deixada por elas para a sociedade contemporânea.

As mulheres até então tinham como incumbência cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e do marido e não participam das discussões políticas, não podiam trabalhar fora e nem transitar livremente pelos setores da sociedade, elas viviam o patriarcado em que deviam obediência aos homens, não podiam decidir nem sobre o próprio corpo, como utilizar anticoncepcionais ou decidir quantidade de filhos que teriam, na verdade os estudos apontam que os maridos que decidiam e elas deveriam ser submissas aos homens.

As mulheres descontentes com a situação que viviam começam a despertar, e a buscar

uma vida nova e começam a organizar movimentos de luta e resistência, sendo que os movimentos feministas ganharam mais espaço a partir da década de 1970, elas buscavam por justiça social, igualdade de gênero e pelo poder de decisão sobre seu corpo e para poder frequentar os diversos contextos da sociedade, como emprego e vida social, a que elas viviam segregadas. Os movimentos feministas foi uma maneira delas se organizarem, na verdade eles podem ser entendidos como ação política de luta das mulheres contra os militares que estavam no poder.

A compreensão sobre o papel da mulher no período da ditadura é primordial para que entendamos o quanto foi importante as suas lutas para hoje em dia, nós mulheres possamos ter todos os direitos humanos garantidos e respeitados, com exceção é claro daquelas pessoas que por algum motivo ainda pensam que a mulher é frágil e não pode tomar decisões sozinhas e nem trabalhar para manter o seu lar e filhos.

As mulheres resistiram bravamente as ações do governo militar e atuou na busca pela redemocratização do Brasil. Entretanto, elas tiveram que enfrentar muitos desafios que englobam a violações dos direitos humanos que é preconizado pela legislação brasileira, pela repressão política, pela violência física e psicológica e pela censura. Mesmo, as mulheres não tendo muita visibilidade a princípio elas se envolveram nos movimentos de maneira significativa por conquistas e avanços na legislação quanto aos direitos das mulheres e sobre a busca por visibilidade e igualdade de gênero.

As mulheres se envolveram em movimentos sociais, participaram de organizações clandestinas em prol da conquista de direitos e em busca de justiça e liberdade, visto que o governo do período da ditadura era extremamente autoritário e tentava impedir que as mulheres alcançassem os seus direitos. O período foi marcado por violações de direitos humanos, torturas, prisões, desaparecimentos e em muitos casos até a morte de pessoas que eram contra a ditadura, tanto dos homens quanto as mulheres sofriam os mesmos castigos e tinham seus direitos violados na busca pela redemocratização do país. De acordo com Oliveira (1999) no período militar ocorreram, torturas, mortes, exílio, cassação de direitos e a censura representaram a apropriação dos corpos e do silêncio, constituindo mecanismos utilizados para invalidar a construção política. (Oliveira, 1999).

As análises dos conteúdos estudados e analisados para a produção do trabalho perpassaram pelas ondas do feminismo e a contribuição para que as mulheres conquistassem mais espaço, visibilidade e participação na sociedade em todos os âmbitos, levando em conta que as mulheres não estavam satisfeitas com a sua situação e com as atrocidades cometidas pelo governo, pois o período foi marcado por um forte autoritarismo dentro da política, por um

governo que ignorava os direitos civis e coibia a liberdade de expressão.

No Brasil o período que os movimentos feministas se intensificaram foi na década de 1970 e mobilizando a luta contra a ditadura militar. As mulheres nesse período buscavam uma rede para apoiar os protestos e resistências por conta dos acontecimentos políticos, pelas violações e privações de liberdade de expressão, mortes, perseguições, dentre outras ações cometidas pelos militares.

A ditadura militar brasileira foi um período marcado por muitos problemas políticos, econômicos e sociais que teve um longo período de duração, e foi nesse período que as mulheres despertaram para as questões que ocorriam a sua volta e se revoltaram por não poder opinar e nem participar diretamente nas decisões que até então eram permitidas apenas para os homens e decidiram tomar as rédeas da própria vida e a buscar a garantia dos direitos de igualdade e participação da vida política, econômica e social da sociedade brasileira.

As mulheres atuaram na militância política, formaram redes de apoio e acolhiam os indivíduos que eram perseguidos pelos militares por se opor ao regime militar e por fazer denúncias contra os desmandos do regime militar. A resistência feminina foram cruciais para as conquistas e direitos que as mulheres da atualidade usufruem e para que o Brasil voltasse a ser democrático.

O trabalho visa explorar mais a fundo a história das mulheres que se destacaram na Ditadura Militar brasileira, bem como reconhecer quais foram as suas experiências diante de lutas e represálias por serem mulheres frente a esses movimentos e as contribuições quanto a incentivar que as mulheres não fiquem a sombra dos homens e possam buscar por si mesmas melhores condições de trabalho e relação interpessoal, seu lugar na política, a luta e garantias de que os Direitos Humanos sejam garantidos a todos os cidadãos, para que não só os homens mas as mulheres tenham voz e vez e possam atuar de forma igualitária na economia, na política e na sociedade sem sentir medo ou insegurança ao impor suas vontades, suas ideias e suas lutas para um futuro melhor para todos, se tornando um símbolo de luta e resistência da história do passado e do presente com vistas a se manterem na luta por dias melhores, através do empoderamento feminino e que tem todos os direitos de conviver, trabalhar e atuar em qualquer que seja o contexto a que ela se permitir atuar.

1.CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO PERÍODO PRÉ-DITATURA E A SUA INSTAURAÇÃO NO BRASIL

Falar sobre a Ditadura Militar no Brasil, é adentrar em um contexto de muitas opressões, perseguições, prisões e em muitos casos de desaparecidos que se quer as famílias tiveram notícias sobre o que de fato aconteceu, mas, foi também um período marcado por transformações nas visões da sociedade, em que muitos movimentos surgiram para resistir aos desmandos dos militares, e nesse trabalho o tema abordará sobre os movimentos das mulheres e sobre as mulheres que se destacaram frente a esses movimentos de resistência e luta pela garantia de direitos e pela restauração da democracia brasileira.

O artigo “Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho”, das autoras Maria de Paula Araújo, Izabel Pimentel da Silva e Desiree dos Reis Santos (2013), é extremamente relevante para a compreensão sobre os aspectos da Ditadura e suas consequências para a sociedade brasileira, e facilita discorrer sobre o assunto, desse modo, os dados que as autoras apresentaram no artigo, serão cruciais para o desenvolvimento do projeto.

O contexto social e político do Brasil pré-1964 era marcado por tensões crescentes entre as elites conservadoras e os setores progressistas da sociedade. As reformas de base, propostas pelo governo de João Goulart, geraram forte oposição das elites econômicas e militares, que temiam a radicalização das lutas sociais e o avanço do comunismo. (Fico, 2004, p.45).

Os anos que antecederam a Ditadura Militar foram marcados por muitas transformações sociais e políticas no Brasil. Período marcado por tensões políticas e ao mesmo tempo em que as instituições democráticas eram consolidadas, nesse período, o país tinha como presidente Getúlio Vargas entre os anos de 1951 e 1954, e objetivava o fortalecimento do trabalhismo, mas, tinha oposição da elite, setores empresariais e militares que tinham medo de que o comunismo avançasse, e após o suicídio de Getúlio no ano de 1954, os anos seguintes foram marcados por instabilidade política.

O governo de Juscelino Kubitschek, que sucedeu o governo de Vargas, foi um governo que impulsionou a indústria brasileira e responsável pela modernização do Brasil. O Governo de Kubitschek tinha como lema o slogan “Cinquenta anos em cinco” com a política do país baseada no desenvolvimento e impulsionou a construção de Brasília além do aumento considerável da economia. Contudo houve um desequilíbrio fiscal e aumento da inflação apesar

de ter sido um governo popular e isso acarretou na insatisfação entre os militares, dos setores conservadores e da classe média em consequência da dívida pública e das desigualdades sociais.

O lema cinquenta anos em cinco' é uma metáfora poderosa para descrever o ritmo acelerado de transformações que o Brasil sofreu durante os anos 1950 e 1960. A rápida industrialização, urbanização e as mudanças sociais refletiram uma tentativa de alcançar em um período muito curto o que seria normalmente alcançado em meio século. (Ferreira Jorge, 2006, p.278).

Jânio Quadros foi eleito no ano de 1961, através de discurso moralista e pregava a anticorrupção, um governo que durou pouco tempo e teve muitas tensões, e com sua renúncia uma crise política foi criada. Com a renúncia de Jânio, João Goulart, que era vice-presidente, tomou posse, mas com resistência por parte dos militares e das elites conservadoras da sociedade, diante disso, ocorre o parlamentarismo e o Goulart tem poder limitado, até o ano de 1963 em que o presidencialismo foi restaurado por meio de um plebiscito. João Goulart foi deposto do seu governo devido a fatores políticos, sociais, econômicos e ideológicos que impulsionaram a ruptura da uma ordem democrática, nesse contexto, a elite e os militares temiam o avanço do regime comunista e intervenção de outros setores nacionais e internacionais.

O governo de João Goulart foi marcado por divisões na política, para muitos a reforma que ele buscava realizar, como a reforma agrária, tributária e educacional, era uma ameaça para a elite conservadora, latifundiários e empresários, que eram oposição às suas pretensões políticas, e temiam um governo socialista, com inspiração nas revoluções comunistas que já ocorriam em Cuba e União Soviética. No contexto da Guerra Fria que ocorria à época os Estados Unidos, buscavam impedir que o Brasil seguisse os mesmos passos de Cuba que adotou um governo de esquerda.

A oposição ao governo de Goulart era composta pela elite conservadora, pela imprensa, pela Igreja Católica, que juntos tentavam a todo custo desestabilizar o seu governo. O Historiador Daniel (Reis, 2014), salienta que, “O medo do Comunismo foi habilmente utilizado pelos grupos mais conservadores da sociedade brasileira como pretexto para justificar o golpe militar de 1964”. O governo brasileiro passava por crise econômica, aumento da inflação, e instabilidade em relação ao câmbio e déficit público, e congelamento de salários e preços. O presidente tentava a promoção de ajustes econômicos e reformas sociais, mas isso, fez com que seu governo ficasse desgastado e causou a insatisfação dos setores conservadores da sociedade. (Furtado, 1985), descreveu o período como “um momento em que as estruturas econômicas brasileiras, dependentes e subdesenvolvidas, enfrentavam uma pressão

insustentável tanto interna quanto externamente, o que exacerbou as divisões políticas”.

As Forças Armadas, tinham participação ativa na política brasileira e durante o governo de Goulart, setores militares, utilizavam o discurso de que temiam o avanço do comunismo para fazer articulações com o intuito de depor o governo do então presidente. Além disso, os militares viam nos movimentos sindicais e na organização dos trabalhadores urbanos e rurais, uma ameaça para o país. Os militares se colocavam como figuras que defendiam a ordem e a segurança do país, e de acordo com suas visões sobre o governo da época, viam na intervenção a única alternativa para colocar ordem no Brasil, e dessa forma, buscavam a deslegitimação do governo de João Goulart como uma ação necessária, para colocar ordem ao caos que segundo eles João Goulart e suas reformas ocasionaram ao país. Segundo Fico (2004), “a conspiração militar estava em pleno curso desde a renúncia de Jânio Quadros, mas o medo de uma revolução social, somado à mobilização popular proposta por Goulart, serviu como catalisador para a intervenção”.

O Golpe Militar de 1964, ocorreu em um contexto que outros países também temiam, o avanço do comunismo, como é o caso dos Estados Unidos que apoiavam o golpe no Brasil, no período o país americano era governado por Lyndon B. Johnson, que queria evitar que no país brasileiro, acontecesse a expansão do comunismo após a Revolução Cubana, e contribuiu com o golpe oferecendo suporte político, logísticos e militar para que a intervenção militar no Brasil de fato ocorresse, e para isso, através da Operação Brother Sam, planejava enviar suprimentos e apoio militar para serem utilizados nos movimentos de resistência ao regime militar, mas esse auxílio militar não foi necessário.

O Golpe Militar teve como agentes essenciais para sua implementação a elite brasileira, os empresários, a imprensa e a Igreja Católica. Em março de 1964 foi realizada “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que contou com a participação de cerca de 500 mil pessoas que saíram pelas ruas de São Paulo, esse movimento foi realizado pelos setores mais conservadores da sociedade, e teve apoio da classe média, que acreditava que o golpe militar defenderia o Brasil do avanço do comunismo, e como apoio crucial o movimento contou com as Mídias, como os jornais O Estado de São Paulo e Correio da Manhã, objetivando a desestabilização do governo Goulart, e influenciar a opinião pública quando a defesa da democracia e combate ao comunismo e para a implantação do Golpe Militar. Carvalho(2005), afirma que “as elites brasileiras e os setores conservadores da sociedade articularam um movimento que combinava o apoio popular, com base no medo do comunismo, e a conspiração militar para garantir a retirada de João Goulart do poder”.

Os meios de comunicação foram disseminadores de ideologias, que segundo os militares, com o golpe seria evitado o avanço do comunismo e, que a intervenção era a maneira

mais rápida e precisa de se reestabelecer a ordem no país, isso devido a oposição das elites conservadoras às reformas do governo de Goulart. O Golpe Militar ocorreu no dia 31 de março de 1964, com uma rebelião militar em Juíz de Fora, em que tropas lideradas por Olímpio de Mourão marcharam até o Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o então presidente, tendo o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O Golpe teve como estopim para a sua implementação o comício que ocorreu na Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e foi realizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com apoio do presidente João Goulart, onde ele fez um discurso em favor de mudanças estruturais para o desenvolvimento do país e para a diminuição das desigualdades no país, bem como o compromisso de fazer reformas agrárias e, como primeiro passo, o anúncio do decreto da Superintendência da Política da Reforma Agrária, a SUPRA, que facilitava a desapropriação de terras que ficavam as margens das rodovias e ferrovias federais.

A Ditadura foi um período turbulento da história brasileira, em que ocorreram várias transformações e ocasionou lutas de resistência e combate aos desmandos dos militares no Brasil. O período foi marcado por perseguições políticas, e, em muitos casos, exílio de pessoas que se opunham ao regime militar brasileiro. Nesse contexto, houve a participação de vários movimentos de resistência e combate aos desmandos do regime, entre os vários movimentos surgem também os movimentos feministas, que buscavam reconhecimento de seus direitos quanto a participação em tomadas de decisões em situação de igualdade com os homens. A situação das mulheres no país e no mundo refletia em um cenário de muitas tensões e transformações sociais, dando ênfase ao período dos anos de 1950 a 1960, esse período foi extremamente marcado por vários movimentos e debates acerca dos direitos femininos, mas infelizmente em situação de desigualdade perante os direitos dos homens em algumas partes do mundo.

1.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS: DO PERÍODO ANTERIOR À DITADURA MILITAR AOS DIAS ATUAIS

No período anterior à ditadura militar no Brasil a situação das mulheres variava nas diferentes partes do mundo. Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental os movimentos foram mais intensos na década de 1960, em que ocorreu uma segunda onda do movimento feminista, que lutava pela liberdade sexual, pelo controle reprodutivo e por igualdades no exercício trabalhista, sendo as sufragistas que abriram espaços para que as mulheres buscassem por seus direitos ampliados e por um espaço nas decisões que implicavam a opinião dentro da

sociedade.

A situação das mulheres na União Soviética era um poucodiferenteem algumas áreas, pois as mesmas podiam trabalhar e estudar, e só tinham limitações em participações políticas e na participação em decisões que demandavam opiniões e votos. Em outros países como África, Ásia e Oriente Médio, elas buscavam acabar com a opressão e com as leis que não permitiam que elas tivessem seus direitos básicos garantidos.

O contexto político e social brasileiro era marcado por influência patriarcal e a sociedade seguia os princípios conservadores, mesmo tendo direito ao voto garantido pela Constituição de 1932 e igualdade perante a justiça de acordo com o Código Civil de 1962, a sua participação política era restrita, além de ter muitas dificuldades quanto ao exercício profissional, seus salários eram muito inferiores ao dos homens, e era vista como a responsável pelos serviços domésticos e pelos cuidados dos filhos.

O artigo publicado na Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, intitulado como “As Quatro Ondas do Feminismo: Lutas e Conquistas”, dos autores Joasey Pollyanna Andrade da Silva, Valter Moura do Carmo, Giovana Benedita Jaber Rossini Ramos (2021), apresenta a evolução dos movimentos das mulheres pelo mundo, como se deram as lutas, as barreiras enfrentadas e as suas conquistas quanto a garantia dos Direitos Humanos. O século XVIII foi marcado pelas lutas das mulheres em prol dos seus direitos, levando em conta os contextos da Revolução Francesa, em que os homens tinham seus direitos garantidos, o que ocasionou descontentamento das mulheres, que viviam presas aos espaços privados da sociedade, que deveria ser submissa aos seus pais e a seus maridos, que era vista apenas como objeto, de propriedade dos homens e, a ela cabia apenas a função de casar, ter filhos, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Nesse sentido, elas não tinham vida própria, eram escravizadas e exploradas, e com isso resolveram que deveriam lutar por liberdade e por igualdade de direitos.

As mulheres começaram a reivindicar seus direitos a partir do século XIX, e os movimentos foram mais intensos nos Estados Unidos e na Europa. Os movimentos de reivindicações foram intensos e divididos em quatro diferentes Ondas de evolução. Esses momentos são considerados grandiosos, conforme menciona Mariana Coelho (2002, p. 44): “quero sugerir a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo”.

Ademais o artigo apresenta as quatro ondas das reivindicações femininas pelo Brasil e no mundo por seus direitos de liberdade e igualdade perante a sociedade. O movimento feminista, foi dividido em quatro ondas, com diferentes especificidades e particularidades, lutas e movimentos de reivindicações de direitos no Brasil, essas ondas influenciaram e modificaram a luta pela emancipação feminina. Para entender como se deu os movimentos e lutas femininos

por direitos é preciso entender como ocorreram essas ondas pelo mundo e os contextos sociais dos diferentes lugares pelo mundo.

A Primeira Onda ocorreu no século XIX, nesse momento as mulheres tinham como objetivo ter seus direitos de igualdade garantidos, e para tal feito elas acreditavam que a educação e um casamento onde não deveria ser submissa seria o ideal. Essa luta vem desde o período do Renascimento, e no decorrer da Idade Moderna, elas se intensificaram. De acordo com Duarte (2003) com a chegada da Modernidade, iniciou-se um movimento reivindicatório com constantes mudanças no paradigma de pensamento, no qual as mulheres começaram a apresentar ideias diferentes no contexto educacional, social e político, direitos reservados somente ao sexo masculino. Com a Revolução Francesa as mulheres iniciaram o conceito de “sujeitos iguais”, e almejavam alcançar a igualdade, a liberdade e a fraternidade, fazendo com que as mulheres refletissem sobre o papel que estava exercendo na sociedade. Com isso, as mulheres participaram ativamente da Revolução Francesa na linha de frente, contribuindo com o pensamento Iluminista (Siqueira; Bussinguer, 2020).

A Revolução Francesa deu garantia de direitos para os homens, mas, as mulheres mesmo participando intelectualmente, ainda ficavam excluídas dessas garantias. As mulheres tiveram como representantes feministas na Revolução as pensadoras Olympe de Gouges da França e Mary Wollstonecraft da Inglaterra. Sendo que a primeira citada é autora do documento que funda os movimentos feministas Direito da Mulher Cidadã, fazendo oposição ao documento de direito dos homens, em seus argumentos ela tenta convencer a sociedade que a mulher deve ter os mesmos direitos que os homens, ter igualdade de direitos e liberdade para exercer tais direitos perante a sociedade.

Mary Wollstonecraft é autora da obra literária *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher* produzida em 1792, que fala de desigualdades e discriminação de gênero nas esferas políticas, sociais, econômicas e educacionais. Mesmo tendo essas autoras escrito sobre os direitos das mulheres e participado ativamente da Revolução Francesa segundo Estacheski, Medeiros (2017), afirmam que, a escrita dessas brilhantes pensadoras não se constituiu de grande relevância, não conquistando nenhum tipo de direito a partir dessas obras.

O movimento da Primeira Onda foi realizado por mulheres brancas que buscavam adquirir os mesmos direitos que os homens, dentre esses direitos ler e escrever, além de casamento e direitos iguais. Nesse sentido Nisia Floresta, corrobora que os homens são beneficiados ao oprimir as mulheres e que a educação, seria a única forma da mulher perceber que está sendo subalterna.

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isto é admirável e mesmo um muçulmano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas. (Floresta, 1989, p. 35).

De acordo com o artigo citado, a segunda onda, ocorreu entre os anos de 1960 e 1980, em que a luta pelos direitos das mulheres tiveram mais conquistas em várias partes do mundo, isso, nas leis impressas, porque na prática elas não podiam exercer tais direitos, nesse período as mulheres começam a fazer questionamentos sobre ser mulher e o seu papel na sociedade, e o porque das mulheres ainda serem submissas aos homens, diante de leis que garantem os seus direitos. Nesse período, três pensadoras se destacam Simone de Beauvoir, Carol Hanisch e Betty Friedan.

Simone de Beauvoir, filósofa francesa, autora da obra “O Segundo Sexo”, que em seu enredo apresenta questionamentos sobre o que é ser mulher e porque o mundo é constituído pelo egocentrismo, de perspectiva masculina e de opressão? Ela foi reconhecida como a precursora do Feminismo Radical, e orientadora da ação feminista na França, a partir da década de 1950, voltadas para a sexualidade e a família. Na obra, referência para as feministas radicais do período citado, ela faz uma análise sobre as questões de liberdade e autonomia da mulher enquanto sujeito, enfatizando os fatores sociais políticos e históricos que favorecem a construção da feminilidade. Simone de Beauvoir assenta o feminismo em bases históricas e, mesmo sem usar a palavra gênero, foi a primeira feminista a analisar a situação da mulher na perspectiva do, hoje conhecido, conceito de gênero. Assim, ela faz uma crítica de que:

ao determinismo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que a mulher é uma construção social historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como ‘o outro’ (Sardenberdet all, 2000).

Betty Friedman era americana, autora de “A Mística Feminina”, em sua obra fica evidente a visão de que a mulher era vista como a cuidadora do lar, dos afazeres domésticos, (DUARTE, 2006) enfatiza que a partir das vivências que a autora tinha como dona de casa, surgem alguns questionamentos de como seria esse tipo de mulher que os Estados Unidos estavam idealizando como essência feminina, como mulher americana. Demonstrando uma visão patriarcal em inserir as mulheres apenas na vida privada, tirando-as da vida pública, mesmo após a conquista desses direitos, principalmente depois da Segunda Guerra.

Carol Hanisch, ativista do movimento feminista, americana, traz a frase “O pessoal é

político”, e relata que as mulheres se expunham e se reuniam para refletir sobre suas vidas, para falar das opressões sofridas no contexto familiar. Salientando que o problema de opressão não poderia ser visto apenas como um problema privado, mas, sim, como um problema de interesse público, ou seja, deveria mudar a estrutura pública em relação à estrutura privada, para que relações de violência que as mulheres sofrem em sua vida privada também sejam transformadas (Sardenberg, 2018, p.16).

Os movimentos feministas ficam mais evidentes a partir dos anos de 1970, e no ano de 1975 acontece a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na cidade do México, com estruturação feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo declarado o Ano Internacional das Mulheres, em que as lutas das mulheres feministas foram fortalecidas. Ocorreram dois movimentos que foram extremamente relevantes, foi o Movimento Feminino realizado pela Anistia (MFPA), tendo Therezinha Zerbini como a articuladora do movimento. Vargar (2005), salienta que a ideia principal era conscientizar as organizações civis e entidades de classe sobre a concessão da anistia aos presos exilados e políticos.

O segundo evento foi o movimento formado por grupos privados e informais feministas que teve apoio da ONU. Otto(2004) salienta que esse movimento trouxe o fortalecimento de novas ideias e concepções, surgindo novos movimentos associados às lutas sindicais, defendendo melhores condições de trabalho, salário digno, medidas de saúde e segurança, associações profissionais, partidos políticos, obtendo autonomia em relação aos seus direitos, defrontando os abusos e discriminações sofridas pela questão de gênero, enfrentando a política vigente.

As lutas e reivindicações tinham como foco a garantia de direitos na prática, e acabar com os paradigmas de que a mulher deveria ser submissa ao regime patriarcal e ter uma vida privada, sem poder de participação em assuntos políticos e sociais. Diante disso, a mulher começa a se questionar sobre o seu papel dentro dos movimentos de luta por garantia de direitos, em especial a liberdade de escolhas, igualdade de gênero, sobre seu corpo, a fecundação e meios de contraceptivos. Diante das reivindicações e levando em conta a saúde integral da mulher, o governo brasileiro fomentou sobre a questão que envolve o planejamento familiar, e convocou o Ministério da Saúde (MS), que logo apresentou o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (IPAISM), que segundo Costa, Guilhem, Silver (2006) abrangia todas as peculiaridades relacionadas à saúde da mulher de forma integral, em todos os níveis de saúde, e não apenas questões sobre concepção e contracepção (Costa; Guilhem; Silver, 2006).

O direito ao Planejamento familiar está estabelecido na Constituição Federal de 1988

no Artigo 226 e diz o seguinte no sétimo parágrafo

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (Brasil,1988).

Além da Constituição existe a Lei de 9.263/1996, em que o Ministério da Saúde ratifica a liberdade e autonomia da escolha dos métodos contraceptivos durante o programa de planejamento familiar do SUS:

Planejamento familiar é o direito que toda pessoa tem à informação, à assistência especializada e ao acesso aos recursos que permitam optar livre e conscientemente por ter ou não ter filhos. O número, o espaçamento entre eles e a escolha do método anticoncepcional mais adequado são opções que toda mulher deve ter o direito de escolher de forma livre e por meio da informação, sem discriminação, coerção ou violência. (Brasil, 1996).

As feministas dos diferentes movimentos, buscavam o direito de escolhas para o próprio corpo, popularizando a frase “o nosso corpo nos pertence”, dentro do contexto patriarcal que era exercido sobre as mulheres. Suas reivindicações aconteciam sobre a legalização do aborto, que era visto como questão de saúde pública, dos direitos de reprodução, além do acesso a métodos contraceptivos, e das escolhas em decidir sobre o planejamento familiar de maneira segura e informada, além das garantias de assistência integral durante a gravidez, pré-natal e parto humanizado. Outra reivindicação que era feita pelas feministas era relacionada a relação médico – usuária, de modo que fosse permitido que as mulheres tomassem decisões sobre seus corpos e condições de saúde, de modo, que os cuidados médicos respeitasse suas individualidades e autonomia.

A “saúde integral da mulher” surgiu em um contexto de saúde através de propostas políticas e debates públicos, que resultaram na implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em que as feministas levantavam a bandeira na defesa do direito sobre o seu próprio corpo com a aludida frase “nosso corpo nos pertence”, reivindicando ao Estado ações resolutivas sobre as seguintes demandas: a legalização do aborto, o acesso aos métodos contraceptivos inclusive os de infertilidades, garantindo durante a gravidez assistência ao pré-natal e parto humanizado, bem como ampliação da relação entre médico e usuária por meio de todas as informações pertinentes à saúde da mulher. (Corrêa; Ávila, 2023, p. 20).

Após diversas lutas, o movimento feminista conquistou os direitos sobre o seu corpo,

além de fortalecer os valores, e aumentar as discussões e ampliação do tema e desenvolvimento de políticas públicas sobre a sexualidade feminina, a violência contra a mulher, os direitos reprodutivos, programa sobre combate ao câncer de mama, colo do útero, dentre outros.

A terceira onda surgiu na década de 1990, com traços da diversidade feminina, dentro das suas especificidades, incluindo nas lutas feministas, o movimento negro, os movimentos homossexuais, o lesbianismo, os transexuais entre outros. Os movimentos feministas e sociais trouxeram visões diferentes sobre a sexualidade feminina, com foco na autonomia, na liberdade, na visibilidade e valorização da mulher, levando em conta, as transformações da figura da mulher das últimas décadas, foram cruciais para diminuir as desigualdades entre os gêneros, e modificando a forma em que a sociedade enxerga o papel da mulher em diversas esferas, em especial na sua sexualidade e nos seus direitos reprodutivos.

Na década de 1990 com o surgimento da terceira onda do feminismo acontecem muitos avanços nas conquistas das mulheres, entre eles está a vinculação da mulher na Justiça no ano de 2002, período esse que foi instituída a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e no ano seguinte a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, como salienta Miranda (2015), trazendo como principais finalidades as articulações políticas públicas voltadas para o atendimento de todas as mulheres. As mulheres conseguem alcançar o direito de se expressar, votar, participação na política, atuação em cargos do legislativo, judiciário e executivo, trabalhar em diferentes setores profissionais, ocupando cargos e funções em todos os setores trabalhistas, além disso, o direito de escolha sobre o próprio corpo, sobre sua sexualidade, sobre ter ou não filhos, abortos quando previsto em lei além de opção sexual.

A quarta onda do feminismo é caracterizada pelo movimento que se fortaleceu nos fins dos anos 2000 e início da década de 2010, com foco no uso das tecnologias digitais e redes sociais, como ferramenta para mobilização, conscientização e ativismo dos movimentos feministas, com abordagens voltadas para a violência de gênero, direitos reprodutivos, assédio sexual, a luta sobre as questões, como o racismo, a homofobia e a transfobia. O primeiro aspeto que será abordado a respeito dessa onda será a atuação nos meios digitais. Atualmente, não se pode negar a importância das novas tecnologias como forma de comunicação virtual, que possibilitou um ativismo digital ou ciberativismo, também conhecido como ciberfeminismo, quando este for relacionado ao movimento feminista na internet (Perez; Ricoldi, 2019).

As redes sociais, aplicativos de conversas e compartilhamento de informações, meios de comunicação e informação por meio da Internet, favorece a disseminação de informações sobre os movimentos feministas de luta, para uma gama enorme de pessoas, e com isso as ideologias feministas são facilmente espalhadas, como a luta e defesa dos direitos humanos,

por meio de um discurso virtual, e dando mais visibilidade e ocasionando o empoderamento feminino, e facilitando que mais mulheres tenham lugar de fala na sociedade em diferentes campos. Além de facilitar a ampliação de informações em grande escala de idealizações feministas, o mundo digital proporcionou a mobilização política das mulheres, que por meio das redes sociais são organizadas em organizações, reuniões, manifestações, protestos e divulgação dos resultados (Peres; Ricoldi, 2019). A interseccionalidade é o segundo aspecto definido como:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Kimberle, Crenshaw, 2002, p. 177).

Essa fase tem como ponto principal a luta pela igualdade de gênero, no combate as inúmeras formas de violência, aos abusos sexuais, como adesão de movimentos como o #Metoo, a extinção do feminicídio e, ao estigma de que a mulher é um objeto, como mostra frequentemente as Mídias de comunicação. Dentre as especificações da quarta onda estão a inclusão de mulheres de diferentes origens, etnias, orientações sexuais, classes sociais, com reconhecimento e as opressões se sobrepõem e se interligam. De maneira geral a quarta onda é um movimento plural, digital e global, que busca a igualdade de gênero, o fim da violência contra a mulher, seja física, psicológica, material, e busca a inclusão dessas mulheres no sentido de fazer justiça e acabar com a marginalidade.

A ideia central é alcançar a liberdade integral, a libertação dos preconceitos, das correntes opressoras de raça, gênero, classe e extensão do sistema capitalista. Para Pedro, Silva (2016, p. 194)[...] diferentemente das ondas que a antecederam, a proposta mais ousada de uma quarta onda do feminismo [...] é reconhecida pela incorporação dos diversos feminismos de correntes horizontais, como o negro, lésbico e o masculino e os LGBT.

1.2A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As mulheres que participaram da política e dos movimentos sociais, em várias partes do mundo e em especial no Brasil que passou por longos anos de Ditadura Militar, foram marcadas por coragem, resistência e luta pelos direitos democráticos e igualdade de gênero. As mulheres surgiram como protagonistas em várias esferas, desafiando o regime militar opressor e as barreiras impostas por uma sociedade que vivia em condição patriarcal, onde as mulheres

tinham suas vidas limitadas aos espaços privados da família, nos cuidados do lar, dos maridos e dos filhos.

A partir do século XX, as mulheres de fato se organizaram no movimento chamado Sufragistas, em busca da garantia dos seus direitos, mas, infelizmente não alcançaram os objetivos almejados. Pinto (2010) salienta que o máximo que elas conseguiram foi serem ridicularizadas pelos homens, nos jornais e propagandas. Sem a compreensão da população machista, e sem serem ouvidas, as mulheres tornaram o movimento mais intenso, quebrando algumas propriedades e fazendo greves de fome (Pinto, 2010). Esse movimento abriu caminho para que os grupos feministas tivessem mais visibilidade e provocou nos homens, o senso de que se elas buscavam veementemente por esses direitos é porque algum sentido tinha, e fazer com que as mulheres que não aderiram aos movimentos começassem a pensar por si só se eram detentoras dos direitos reivindicados pelos grupos feministas. As mulheres adotaram estratégias e lutavam em busca de visibilidade, garantias de direitos humanos, liberdade e igualdade.

Os movimentos de resistência e a participação feminina durante os regimes autoritários, opressor e perseguidor, eram bem semelhantes ao do contexto brasileiro. Países como o Chile, Argentina e Uruguai, tiveram a participação da mulher nos movimentos e os papéis que as mesmas desenvolveram foram cruciais para o enfrentamento da ditadura, com lutas de enfrentamento a repressão violenta advinda do Estado, ocasionando a organização de movimentos para luta e defesa dos seus direitos humanos e para poder exercer a democracia.

Entre os anos de 1973 – 1990, durante o governo ditatorial de Augusto Pinochet no Chile, as mulheres organizaram movimentos importantes, entre eles estão Movimento de Mães e Familiares de Desaparecidos, que objetivava denunciar os crimes que o regime cometia, o Movimento das Damas de Branco, em Cuba, em que as mulheres resistiam à política, denunciava as violações dos direitos humanos e injustiças cometidas pelos militares. Tais movimentos eram vistos como meios de luta contra a ditadura, por igualdade de gênero e Justiça social, e para que as Leis saíssem do papel para a prática.

Os Estados Unidos também tiveram movimentos de mulheres que ansiavam por seus direitos, como o direito ao voto, mas, não fizeram movimentos isolados, com a participação feminina apenas, elas se aliaram aos homens que lutavam pela liberdade dos escravizados e pela garantia de seus direitos, mas, segundo Weber (1964), o movimento abolicionista alcançou mais sucesso do que o movimento das mulheres (Weber, 1964). Nesse contexto, a abolicionista Sojourner Truth, teve destaque fazendo um discurso que ficou eternizado na história, sobre o voto feminino e os direitos dos negros, que em seu discurso repetia “Eu não sou Mulher”.

No Brasil, as mulheres já almejavam por seus direitos e igualdade de gênero desde o

período anterior a ditadura militar e no período de vigência do governo militar brasileiro essas lutas se tornaram mais intensas, elas participaram de diversos movimentos de luta e resistência, como organizações políticas clandestinas, protestos e deram apoio ativo nos diversos movimentos formados para combater os desmandos do governo, em que, muitas dessas mulheres foram submetidas a tortura física e psicológica, desaparecimento e até mesmo aprisionadas, ganhando posição de destaque frente as lutas em prol da garantia dos direitos humanos e pela redemocratização do país. A participação das mulheres na luta contra a ditadura militar não se limitou à resistência política; elas também foram responsáveis por articular movimentos que defendiam a igualdade de gênero, ampliando a pauta de reivindicações da esquerda. (Teles, Teles, 2000).

As mulheres tinham uma participação multifacetada, além de participar de movimentos clandestinos de lutas, elas também se mobilizavam para tratar de questões específicas, e para falar e buscar o fim de uma vida baseada em sociedade patriarcal, onde os homens tinham seus direitos garantidos em diversos campos da sociedade e elas viviam uma vida de privações, de participação e luta por seus direitos.

Durante o regime militar as mulheres começaram a se questionar sobre a sua participação na política, e ao se perceberem em situação de desvantagem perante a sociedade patriarcal a que estavam inseridas, começaram a se mobilizar para lutar e combater a repressão autoritária e política, a violação dos direitos civis, e assuntos relacionados aos direitos das mulheres, o combate à violência doméstica, além de poder participar ativamente das diversas áreas profissionais que a elas eram negadas, ter salário digno, além de acesso a saúde, sendo responsável pelas decisões sobre o seu corpo e fertilidade e na educação. Conforme pontua Teles, Teles (2000) essa articulação foi essencial para ampliar a pauta de reivindicações da esquerda, fazendo com que as demandas feministas não fossem marginalizadas, mas integradas aos movimentos sociais mais amplos. As mulheres se tornaram fundamentais na luta contra a ditadura ao trazer novas camadas de resistência, defendendo tanto a democracia quanto a igualdade de gênero.

A ditadura militar e o regime autoritário que o país vinha sofrendo, ocasionaram o fortalecimento dos movimentos feministas, onde as mulheres lutaram contra a repressão do regime vigente e contra as desigualdades de gênero. Foi nesse período que as organizações femininas de lutas, por direitos igualitários, contam a violência doméstica e sexual impostas pela organização patriarcal a que era submetida, começa a ganhar mais visibilidade e relevância, e com isso foram se solidificando, no sentido de fortalecimento das lutas por

garantias de direitos e pela redemocratização do Brasil.

As mulheres foram extremamente importantes para as lutas contra o regime autoritário, para a consolidação da democracia nos diferentes países, dando visibilidade e fortalecendo os movimentos feministas de maneira global, pelas reivindicações dos direitos igualitários, por justiça social e pelo fim da violência contra a mulher. Os movimentos de resistência feminista ainda estão presentes no contexto atual, em que as mulheres continuam a busca por reconhecimento de seus direitos, por igualdade de gênero, pela extinção da violência seja ela física, psicológica e social e o combate as diferentes opressões e exclusão dos diversos setores da nossa sociedade contemporânea.

1.3 AS EXPECTATIVAS E A REALIDADE: O PAPEL DA MULHER NO CENÁRIO CULTURAL

O contexto da ditadura militar no Brasil, enfatiza que a mulher no cenário cultural, viveu momentos de repressão política e social, apesar dos movimentos de resistência e luta organizados pelas mesmas, para a transformação de um contexto onde elas eram vistas como objetos, deveriam ser submissas aos pais e maridos, viver uma vida privada, dona do lar e responsável pelos cuidados da família, sendo que, a política imposta pelo regime militar passava a visão conservadora sobre a família e sobre o papel da mulher dentro do ceio familiar, onde sua participação nas esferas da sociedade era limitado.

A pesquisadora Joana Maria Pedro, na obra *História e Ditadura: Memória, Resistência e Exílio*, 2010, salienta que o governo militar reforçava a visão tradicional da mulher, almejando um ideal de feminino baseado na passividade e no cuidado, enquanto o espaço público e político era reservado aos homens. O discurso da pesquisadora reflete ao modelo de família do período da ditadura, que era patriarcal, para o governo a mulher era limitada ao espaço privado, e o espaço público somente poderia ser ocupado pelos homens, alegando que se as mulheres ocupassem lugares de destaque, poderia ser uma ameaça as estruturas do governo.

Segundo a visão do governo, as mulheres ao serem privadas, e ao impedir a participação feminina o governo almejava, garantias de estabilidade social, evitar a politização e emancipação das mulheres, e com isso as mulheres ficariam impedidas de participar da vida pública. Mas as mulheres inconformadas com suas posições ante tantas atrocidades começaram a contestar as ordens oficiais e a formar movimentos feministas, desafiaram normas, e a

participarem do cenário, político, social e cultural. (Saffioti,1994) argumenta que a opressão de gênero é uma construção social que se entrelaça com a opressão de classe, e o regime militar, por ser autoritário e conservador, amplificava essa dinâmica de subordinação feminina.

Saffioti (1994), associava a opressão de gênero da ditadura à opressão de classe, levando em conta que as mulheres que fizeram resistência ao regime militar eram trabalhadoras, que queriam melhores condições de vida, de sobrevivência, trabalho digno e salários justos, além da igualdade de gênero. Nesse sentido, o governo descrito pela pesquisadora não queria apenas o controle político, mas também, o controle social, limitando os limites das mulheres nos setores da sociedade. Tanto (Joana Pedro, 1994) quanto (Saffioti, 2018), esclarecem que o governo reforçava que as mulheres deveriam ser subordinadas, ter sua sexualidade controlada e viver para pais, maridos e filhos e para os serviços domésticos.

Desde a formação da sociedade brasileira, várias mulheres ocuparam posição de destaque, como a rainha Carlota Joaquina de Bourbon 1775- 1830, que se atreveu a entrar no jogo do poder que era de domínio masculino. A imperatriz Maria Leopoldina d'Áustria 1797-1826, que participou da política brasileira ativamente. Domitila de Castro Canto e Melo 1797-1867, a marquesa de Santos, que foi amante de Dom Pedro I e grande articuladora política. A princesa Isabel 1846-1921 que era neta de Leopoldina que foi chefe de Estado por três vezes, e na sociedade contemporânea Dilma Rousseff que foi eleita a primeira presidente do Brasil.No período da ditadura as mulheres tiveram papel de destaque, sendo que muitas desapareceram como Walquíria Afonso Costa¹, e algumas foram mortas como Soledad Barret Viedma e outras perderam familiares como é o caso mais famoso de Zuzu Angel que perdeu os filhos, e ainda as sobreviventes dos horrores da ditadura Nilce Azevedo Cardoso, Yolanda Cerquinho da Silva Prado, dentre outras tantas mulheres.

Os movimentos feministas, enxergavam nas produções culturais um modo de expansão para suas reivindicações, e uma voz para levantar questionamentos sobre a opressão de gênero, que passou a ser incorporado a diversas expressões e produções culturais como, no teatro, nas artes plásticas, livros, músicas. Segundo Rago(2004) a luta das mulheres contra o autoritarismo militar também implicava na contestação de papéis femininos restritos, e a cultura foi um dos campos em que essas lutas se tornaram visíveis.

Diante disso, fica claro que os objetivos dos vários movimentos feministas, ansiavam

¹Walkíria Afonso Costa, professora, atuou em movimentos estudantis e partidos políticos. Pertencia ao Destacamento B da Guerrilha do Araguaia e foi a última guerrilheira a ser vítima de desaparecimento. De acordo com o Relatório Arroyo, Walkíria Afonso Costa foi vista por seus companheiros pela última vez no episódio conhecido como o “Chafurdo de Natal”, um ataque à Comissão Militar dos guerrilheiros ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973.

por resistência política, e por oportunidades em relação aos debates culturais sobre a realidade que as mulheres do período vivenciavam quanto a sua limitação, nas questões de gênero, liberdade e seu espaço nos setores sociais, culturais e políticos. O Brasil teve representantes culturais femininos como atrizes, cantoras, escritoras, etc.

As artistas também foram atacadas no período da ditadura, como foi o terrível atentado às atrizes da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque de Holanda, direção de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Ruth Escobar, São Paulo, em 19 de julho de 1968, tendo Marília Pera no elenco (Rosenfeld, 2009, p. 186).

O Decreto de Lei n.º 1.077/70 era utilizado para censurar obras de mulheres que buscavam visibilidade por meio da arte e cultura:

o livro da senhora Cassandra Rios é um romance sobre uma jovem lésbica, suas conquistas e seu ambiente familiar. Suas atitudes são referendadas como a causa de seu desajuste. Mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente, principalmente pela conquista lésbica da heroína junto à madrasta e o duplo suicídio final. página 200, 201, 202 a autora tenta com injustificadas citações Bíblicas subverter conceitos morais em uma infeliz subliteratura para justificar o tema a que se propôs. O poder econômico é, também um fatal coator, segundo ela, das anomalias a que se compraz em relatar. Enquadramos, pois, o compêndio em o Dec. Lei 1077 de 1970. VETADO. (Serviços de Censura e Diversões Públicas. PARECER n.º 1711, 1975).

O cenário cultural das mulheres da ditadura, era repleto de tensões e conflitos, sendo que elas não eram vistas como sujeitos que poderiam participar ativamente de todos os contextos da sociedade, e as mulheres que quebravam as regras do governo, eram censuradas, perseguidas politicamente e eram julgadas por estarem adentrando em um cenário até então masculino, tendo suas vozes e obras silenciadas, no sentido de controlar a participação ativa da mulher nas decisões do governo. Mas suas lutas e resistência tendo como aliada a arte possibilitou a compreensão sobre a mulher e o seu papel dentro da sociedade, fortaleceram os movimentos feministas e abrindo um leque de possibilidades quanto a garantia de direitos que foram alcançados ao longo dos tempos.

2.MULHERES NOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR

Visando entender como foram os movimentos de resistência da mulher frente a Ditadura Militar o capítulo aqui apresentado foi elaborado utilizando artigos, teses e dissertações pesquisados no banco de dados do Google Acadêmico, Portal Capes e demais sites de confiança que poderão embasar a redação do TCC produzido. O capítulo será dividido em três subtítulos. O primeiro subtítulo trata sobre “A Participação das Mulheres nos Movimentos de Luta e Resistência”. O segundo “A Repressão e a Violência de Estado Contra as Mulheres” e o terceiro “A Representação das Mulheres na Propaganda e na Política durante o Regime Militar” ambos direcionados a compreensão sobre o papel da mulher nos movimentos de luta e resistência a repressão do período da ditadura militar no Brasil.

Para dar início às discussões,a pesquisa de Jaqueline Alves Leal Fontes (2013) intitulada “A Resistência e Repressão da Mulher, no Contexto da Ditadura Militar na Concepção de Ana Maria Colling”, enfatiza que a figura feminina revolucionou o século XX visto que o contexto histórico da época era a ditadura militar brasileira, e levando em conta que até então elas só poderiam se casar, servir a casa e cuidar dos filhos. A autora pontua que com o avanço do feminismo a mulher poderia então ser ouvida e se expressar, mesmo sendo julgada.

Como cita Colling (2004) a mulher foi conquistando seu espaço gradativamente e deixando para trás a questão de gênero, de que somente o homem poderia ter uma vida em sociedade exercendo diferentes funções e desse modo ao se inserirem nos movimentos de luta e resistência à ditadura militar brasileira, elas foram ganhando mais visibilidade e conquistando seus direitos. Nesse contexto, a autora acrescenta que:

ao feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, política, razão, justiça, poder. A história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada (Colling, 2004, p. 3.).

Segundo a autora, as mulheres queriam deixar esse papel de submissão e exercer seus direitos de poder usufruir e exercer uma posição profissional, enfim, queria ser bem sucedida. No entanto, o momento era marcado por uma sociedade machista que impedia que as mesmas progredissem profissionalmente, somente os homens poderiam exercer esse papel e ser bem sucedido. De acordo com Colling (1997, p.41) eram tempos difíceis, aqueles da ditadura militar brasileira. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo, os militares e com interno, as organizações de esquerda (Colling, 1997). A autora acrescenta que as mulheres estavam conquistando o seu espaço no momento em que acontecia a ditadura militar e o feminismo foi a maneira encontrada para ter visibilidade na sociedade e ocupar um espaço antes proibido e mesmo sofrendo ela buscou a libertação da vida doméstica e submissa que elas viviam e a liberdade de poder exercer o papel de mulher e conquistar o seu lugar nas diferentes esferas sociais.

O historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) aponta que as mulheres que participaram da luta armada entre os anos 1960-1970, romperam o horizonte de expectativas. Koselleck (2006). Para o autor, [...]experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. (Koselleck, 2006, p.308).Ademais o autor acrescenta que:

a experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o aindanão, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (Koselleck, 2006, p. 309).

A historiografia nem sempre lembra da figura feminina nos registros de eventos importantes como o período aqui apresentado sobre a ditadura militar, e quase sempre os autores falam sobre a mulher dentro de um personagem que deve ser submisso e privado de realizar atividades nas diferentes esferas da sociedade, onde ela era privada de estudar e ter uma vida

profissional solidificada e de sucesso.

A sociedade machista desde a Idade Média até o período da ditadura militar brasileira via na mulher um ser que deveria ser como o “Anjo” da casa, cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e servir ao seu esposo e não podia se expressar e quando assim o fazia não era ouvida e não tinha liberdade para realizar atividades que a sociedade contemporânea vem abrindo espaço para que ela tenha visibilidade e participação ativa nos diversos campos da sociedade como da política, economia, trabalho, cultura e atuar onde e como ela quiser sem exercer papel de fraca e submissa ao que os outros pensam ou fazem.

2.1. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

A mulher desde o início dos tempos foi privada de adentrar alguns espaços que eram considerados próprios apenas para os homens e somente eles podiam tomar decisões ou interferir na política, economia, sociedade e na vida cultural do povo. Contudo o artigo da autora Juliet Mitchel intitulado (2014), enfatiza que o período da ditadura militar foi violento para homens e mulheres e que estes estiveram ativamente na luta de resistência e na defesa dos ideais democráticos e liberdade.

Não foi uma luta fácil, mas que deixou um legado imenso relacionada à conquista de direitos que antes só podiam ser exercidos por homens. Para alcançar os objetivos de luta elas tiveram muitas barreiras em diferentes espaços ocupados como a família, a religião, na profissão, no contexto educacional e na sua atuação na sociedade de modo geral.

O Brasil foi o local onde as mulheres tiveram o maior sucesso frente as suas lutas, elas tiveram mudanças significativas nas suas relações pessoais e sociais, no trabalho, na família, na economia e na política. Diante de mudanças importantes que o mundo vinha sofrendo no período impulsionou as mulheres quanto ao modo de ver, enfrentar e transformar a vida. Conforme afirma Rachel Soihet (2013):

além das tradicionais reivindicações no tocante à esfera profissional e à igualdade civil, reagem contra modelos idealizados que prescrevem a maternidade compulsória e imposição de beleza e delicadeza como ideais para as mulheres. Nesses movimentos, tornam públicas questões, até então consideradas da intimidade, exigindo o controle do corpo, o direito ao prazer, o reconhecimento da maternidade como uma opção e, conseqüentemente, o direito ao aborto e à contracepção. Igualmente, reclamam medidas contra a violência aplicada às mulheres, lançando o lema de que o “privado é político”. (Soihet, 2013, p.14-15).

Juliet Mitchel (2014) e Rachel Soihet (2013), estão em consonância e acrescentam que as mulheres passaram a utilizar o anticoncepcional, a aproveitar o direito ao prazer sexual sem uma gravidez indesejada e somente experimentar o orgasmo e poder decidir se deseja e quando ser mãe. Nesse sentido, a mulher passa a ser dona do próprio corpo que antes era controlado por seus maridos. A mulher se tornou mais ativa e passaram estudar, trabalhar e após a ditadura elas passaram a participar das manifestações contra a atuação dos militares. Ademais, o artigo diz que depois da implementação do Ato Institucional nº 5, que a autora aponta como sendo um golpe dentro do golpe, tanto os homens quanto as mulheres tiveram que fazer sua militância na clandestinidade.

A ditadura militar foi um período marcado por muita violência contra os militares que assumiram o poder e as mulheres assim como os homens eram torturadas e sofriam violações sexuais, sofriam estupros e eram forçadas ao aborto devido a chutes e socos na barriga. Homens e mulheres eram forçados a ficarem nus em frente aos torturadores e quando não o faziam eram rasgadas e existem registros de casos em que homens e mulheres eram vítimas de choques elétricos em seus órgãos genitais. Juliet Mitchel (2014) enfatiza que muitas foram assassinadas grávidas e outras tiveram seus filhos no cárcere.

A violência seja ela qual for é desumana e causa prejuízos que muitas vezes são irreparáveis e agregam traumas que dificilmente quem sofreu irá superar e conseguir seguir em frente, visto que a violência é uma ação que viola os direitos da pessoa em diversos sentidos, como por exemplo o poder de decisão e fala diante de questões importantes ou do cotidiano de quem as vive. Nesse sentido para entender o processo de participação feminina nos movimentos de resistência e luta é crucial entendimento sobre a violência de gênero e como ela impactou a vida das mulheres militantes do contexto da ditadura militar brasileira.

De acordo com o artigo das autoras Deborah Azevedo Andrade, Hagda da Cunha e Grasielle Borges Vieira de Carvalho (2024), apontam que a violência de gênero se configura quando são cometidas ações contra as mulheres para submetê-las ao sofrimento seja ele físico, psicológico, sexual, institucional, patrimonial dentre outros que impactam negativamente a vida das mulheres. A violência ocorre pela necessidade de o homem fazer valer a cultura de que ele é o chefe da família, e nesse sentido é possível dizer que a violência de gênero ocorre desde o princípio da formação da sociedade que vive o machismo que é estrutural e que somente os homens tem poder de decisão e pode participar de todos os setores sociais.

A violência de gênero configura um conceito abrangente, utilizado, às vezes, como sinônimos de violência contra as mulheres e de violência doméstica. Remete, entretanto, às relações interpessoais hierarquizadas, nas quais verificam-se assimetrias de poder, implicando relações de dominação, marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres (Saffioti, 2004, p. 81).

Quando a mulher decide participar de movimentos políticos, sociais dentre outros, os homens se sentem ameaçados, sentem que as regras de conduta determinadas pela sociedade machista de que a mulher só poderia ser filha, mãe, esposa e senhora do lar e que somente os homens podiam atuar no trabalho, na economia, na política e nos outros setores da sociedade. Soihet (2013) esclarece que a violência contra a mulher é resultado que surge de uma sociedade em que impõe a hierarquia de gênero, em que somente os homens estão em destaque e têm como apoio as instituições religiosas, científicas, jurídicas e até mesmo do Estado que faz uso da diferença biológica como justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres e que coloca a mulher em condição de submissa aos desejos dos homens. Soihet (2013) acrescenta ainda que a violência contra as mulheres acontece em diferentes esferas e classes sociais, e que é um problema social solidificado pela permanência das relações assimétricas de poder. De acordo com seus esclarecimentos, Soihet (2002) diz que:

exaltado como expressão de beleza, inspirador do desejo, fonte de prazer, de vida por meio da maternidade, símbolo da nação republicana, o corpo feminino, na França pós-revolucionária como no Brasil, é também lugar de violência - quer a violência física, espancamentos, estupros, etc., tão bem conhecida, quer aquelas outras formas de violência sutis, engenhosas, entre as quais a chamada violência simbólica, que igualmente contribuem para a manutenção de desigualdades (Soihet, 2002, p. 270).

Na historiografia brasileira a figura da mulher é apresentada como mulher, mãe, dona de casa e que deve obediência primeiramente aos pais e posteriormente ao marido, o que a coloca em condição de submissão e de servidão pois, a ele caberia somente a função de cuidar dos afazeres domésticos e da educação dos filhos.

De acordo com Dorlin (2008):

o sexo designa comumente três coisas: o sexo biológico, tal qual nos é nomeado ao nascimento – sexo macho ou sexo fêmea –, o papel ou o comportamento sexual que supostamente lhes corresponde – o gênero, provisoriamente definido como os atributos do feminino e do masculino – que

a socialização e a educação diferenciadas dos indivíduos produzem e reproduzem; finalmente, a sexualidade, quer dizer, o fato de ter uma sexualidade, de ter ou de fazer o sexo.(Dorlin, 2008, p. 5).

Contudo esse cenário aos poucos foi se modificando e a mulher passou a lutar por reconhecimento e visibilidade, o direito de falar e ser ouvida e poder tomar suas próprias decisões sobre seu corpo e suas ideologias, como nos chama a atenção Alcilene Cavalcante de Oliveira intitulado (2017).A ditadura foi um contexto histórico em que homens e mulheres vivenciaram a tortura e a repressão e deixou um legado relevante sobre a mulher e o direito de participar ativamente nas decisões da sociedade em condições de igualdade de gênero.

2.2 MULHERES NA DITADURA E AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

Com vistas a esclarecer como foi a atuação das mulheres nas lutas e resistência às torturas e violações dos direitos humanos, torna-se necessário investigar o que diferentes conteúdos e autores nos dizem sobre o papel da mulher ao longo desse período que deixou um legado relevante na história do Brasil.

De acordo com o artigo Lisiane Alonço de Medeiros, Rosana Moretto Lemanski e Valquíria Trezciac Medeiros, a mulher adentrou no contexto da ditadura militar como militante por opção, outras questões citadas pelos autores, é que as famílias não aceitavam que elas fizessem parte dos movimentos de resistência. Além disso aponta que grande parte das mulheres da ditadura iniciaram sua participação através dos movimentos estudantis, contexto esse que colaborava para a formação de lideranças e partidos com diferentes ideologias.

Ao se inserirem nos movimentos de resistência à ditadura militar, de acordo com as autoras, as mulheres não mais cuidavam da sua aparência, ficavam desleixadas com os cuidados dos corpos para serem enxergadas como militantes e não mulheres apenas. A única distinção que havia era durante as prisões das mulheres subversivas considerado a posição social, em que as mulheres menos abastadas que eram operárias eram ligadas aos tóxicos e as de classe média eram preservadas de ouvir comentários e palavrões devido a sua classe social.

As mulheres sofriam pelas mãos dos repressores de várias formas, como violência física e psicológica, torturas e humilhações e não tinham seus direitos humanos respeitados, como relatos do Departamento de Operação de Informação – Centro de Operações de Defesa

Interna, foram criados para regularizar o aparato repressivo² (DOI-CODI) de que uma mulher militante que foi presa e torturada gritava repetidamente “Aqui não existe nem Deus, nem pátria, nem família. Só você e nós.” A tortura foi a principal forma de repressão direcionada as mulheres com objetivo de fragilizar, amedrontar, coibir e reafirmar a sua condição de um ser inferior ao homem e suas punições eram duplicadas por serem mulheres e estarem em condições de militantes contra a ditadura militar.

Maria Amélia de Almeida Teles (2015), pontua que as mulheres foram as que mais se modificaram entre os anos de 1960 e 1970, que tiveram suas rotinas modificadas, mais participação no mercado de trabalho, a redução no número de filhos, alcance de mais educação escolar e todos esses avanços mudaram a organização de suas vidas devido a expansão do capitalismo, o crescimento da indústria, a proibição da reforma agrária e o por conta do êxodo rural. Devido as novas relações sociais as mulheres foram conquistando a sua independência, e por conta do crescimento do mercado de trabalho as mulheres começaram a reivindicar empregos remunerados.

De acordo com Amelinha Teles; Rosalina Santa Cruz Leite (2013, p. 26), quem conduziu e liderou a primeira greve do período da Ditadura que ocorreu em Contagem Minas Gerais com sucesso foi Conceição Imaculada de Oliveira que era secretária do Sindicato dos Metalúrgicos. De acordo o trecho transcrito e publicado no Jornal Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro em 1969:

[a] repressão não se esqueceu da Conceição, secretária do Sindicato de Metalúrgicos a que o ministro Passarinho (Coronel do Exército Jarbas Passarinho que àquela época era Ministro do Trabalho) queria encontrar na época da mobilização da massa operária. Presa grávida, foi submetida a um aborto criminoso em uma sala comum do DOPS de Belo Horizonte (MG), na presença dos demais presos políticos e dos policiais. [...] para assistir [...] à cirurgia, praticada sem anestesia, sem nenhum cuidado higiênico e inclusive sem os instrumentos cirúrgicos necessários para uma operação. Quando, impotente, a vítima gritava, os torturadores faziam um alarido histérico e sádico, gritavam de alegria, diziam palavrões aos indignados espectadores mantidos sob ameaças dos fuzis. (Kucinski; Tronca, 2013, p. 158).

Outras mulheres foram levadas presas por serem integrantes do movimento popular de apoio as greves de Minas que foram elas Gisele Avelar, Loreta Kiefer Valadares, Delcy Gonçalves, Maria do Rosário Cunha Peixoto e Laudelina Maria Carneiro.

² Departamento de Operação de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, foram criados para regularizar o aparato repressivo

Gisele Avelar sobre sua prisão relatou que:

[...] em 23 de agosto de 1969, fui levada à presença do tenente-coronel Valdir Teixeira Góes, do 12º Regimento (12º RI localizado no bairro de Barro Preto, em Belo Horizonte MG), que informou que eu seria entregue aos torturadores capitão Jesu e sargento Leo, ambos da Polícia Militar, que se encarregariam de espancar-me, colocar-me no pau-de-arara, divertir-se com meu corpo e, finalmente, violentar-me [...]. Às 19hs fui conduzida até um posto policial isolado. [...] depois de ser violentamente despida, até ficar totalmente nua, estive durante nove horas sob a sanha desses policiais, que se revezavam em combinações de torturas físicas, psicológicas e sexuais. (Kucinski; Tronca, 2013, p. 114).

Loreta Kiefer Valadares declarou que:

[...] por ordem do tenente-coronel Góes, fui levada pelo capitão Jesu ao Colégio Militar (de Belo Horizonte(MG)), onde fui submetida a torturas físicas, morais e sexuais perpetradas pessoalmente pelo capitão Gomes Carneiro, do Exército, na presença do tenente Marcelo. As torturas consistiam em carícias por todo o corpo, abraços e sussurros nos ouvidos, logo transformado em golpes de caratê no estômago, bofetadas e principalmente vários golpes de “telefone” nos ouvidos, que quase me deixaram surda [...]. (Kucinski; Tronca, p. 114).

De acordo com o DOI-Codi/ SP, os torturadores não gostavam de estuprar mulheres quanto estavam menstruadas e diante disso elas guardavam um absorvente sujo e quando eles as levavam para serem interrogadas elas o colocavam dentro da calcinha a fim de evitar sofrer estupro. Os métodos de tortura eram muitos e com requintes de crueldade diversificados. Nos interrogatórios as mulheres eram expostas até mesmo insetos vivos e animais para torturar os aprisionados nesse caso homens e mulheres.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade existem denúncias sobre o uso de animais vivos nas práticas de torturas dos considerados subversivos da ditadura militar.

Presos políticos foram expostos aos mais variados tipos de animais, como cachorros, ratos, jacarés, cobras, baratas, que eram lançados contra o torturado ou mesmo introduzidos em alguma parte de seu corpo. Especificamente em relação aos camundongos, o torturador Lourival Gaeta, que atuou no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, durante a década de 70, explicava sua destrutividade uma vez introduzidos nos corpos das suas vítimas, com o argumento de que este animal não sabe andar pra trás. (Brasil, 2014a, p. 373-374).

O relatório da Comissão Nacional da Verdade há denúncias sobre outras formas de tortura como a violência sexual conforme o depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles (a autora do texto) na Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, na audiência de “Verdade e Gênero”, em 4/3/2013.

Há ainda denúncias sobre esse torturador, que praticou outras formas de tortura, como violência sexual: [...]Eu estava sentada na cadeira de dragão, nua amarrada com fios de metal, levando choque no corpo todo, ânus, vagina. Enquanto isso, o Gaeta, que era um torturador, estava se masturbando e jogando esperma em cima do meu corpo nu[...] Num outro momento, estava sendo torturada em pé, nua e cai no chão. Ele (o Gaeta) me pegou e me colocou numa cama de lona que estava na sala de torturas e começou a esfregar meus seios, apertar minha bunda [...].

Por fim, os artigos citados nesse subtítulo apresentam as atrocidades da ditadura, bem como se deu a participação das mulheres no movimento de resistência e os tipos de violência sofridas por essas mulheres militantes que viviam a clandestinidade por convicções políticas e lutavam por ter seus direitos humanos garantidos e a igualdade de gênero frente as decisões importantes nas diferentes esferas da sociedade. Desse modo foi citado que as mulheres eram torturadas psicologicamente, fisicamente, sexualmente e eram impostas a todo o tipo de humilhação pelos torturadores.

2.3 MULHERES MILITANTES NA DITADURA MILITAR

As mulheres começaram a impor suas ideologias e a reivindicar seus direitos no período em que o feminismo era espalhado pelo mundo e no Brasil elas participaram ativamente dos movimentos de resistência e luta contra a ditadura militar como já falado anteriormente por escolha própria e por convicções políticas. Nesse sentido, será discorrido o perfil de algumas mulheres e sua atuação durante o período da ditadura militar no Brasil.

A década de 1960 estava passando por muitas transformações e, nesse período a mulher foi a que mais se desenvolveu. No período da ditadura militar no Brasil surgiu a pílula anticoncepcional, o país passava pela modernização, o mercado de trabalho estava sendo expandido, as mulheres tinham maior acesso à educação e a cultura estava em ascensão e as mulheres foram impulsionadas a questionar e a se impor diante do sistema patriarcal a que estavam inseridas e desse modo ganhando mais espaço nas amplas esferas sociais e formando

as correntes femininas (Sarti, 1998).

O ano de 1975 foi considerado o Ano Internacional da Mulher, sendo este declarado pela ONU, que impulsionou e abriu para os grupos feministas que surgiram de modo que eles se organizassem, que eram constituídos por mulheres consideradas subversivas pelos ditadores. E no mesmo ano acontece a criação do Movimento Feminista pela Anistia com intuito de retirar as acusações e libertar os presos políticos (Colling, 1997).

Muitos foram os esforços dessas mulheres militantes para se firmarem como mulheres militantes em busca de igualdade de gênero e para garantir seus direitos humanos e poder participar dos setores da sociedade em condição de igualdade podendo opinar e expor suas ideologias e tomar decisões relacionadas a política, a economia, a sociedade e a cultura. As mulheres que participaram desses movimentos nem sempre são citadas pela historiografia que insiste em as colocar em condição de inferioridade e submissão patriarcal. No entanto, a autora apresenta algumas dessas mulheres e suas funções dentro dos movimentos de luta e resistência à ditadura militar.

- Silvia Magalhães: responsável pelo levantamento de informações sobre o sequestro do embaixador norte-americano na Guatemala. Foi presa no início da década de 1970 e foi banida no país, sendo trocada por outro embaixador sequestrado.

- Sylvia Montarroyos: utilizava o nome de militante Tatiana e era integrante do Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T)

- Maria do Carmo de Brito: deixou a Organização Política Operária (POLOP) com outros militantes sendo um deles o seu companheiro Juarez Guimarães de Brito. Ela utilizava o codinome de Lia e foi eleita em 1969 para a direção da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares). Apesar de uma vida política ativa ela só surge na história por ser esposa de militar, participou do roubo do cofre de Adhemar de Barros;

- Sônia Lafoz: nascida na Argélia, filha de pai espanhol, antifranquista e comunista, ela passou a infância exilada com os pais em vários países. cursou psicologia na Universidade de São Paulo (USP) e durante a militância participou com Maria do Carmo do roubo ao cofre de Adhemar de Barros e do sequestro do embaixador alemão Ehrenfred Anton Theodor Ludwig Von Holleben, em 1970.

- Iara Lavelberg: professora da USP e ex-militante da POLOP nasceu em São Paulo de família judia. Ela cometeu suicídio em Salvador, disparando contra si um tiro no peito. e preferiu morrer do que cair viva em poder do Coronel Luís Arthur de Carvalho;

- Dinalva Teixeira: Dina como era chamada, baiana, formou -se em Geologia pela Universidade Federal da Bahia. No Araguaia ajudou a população, atuando como parteira,

camponesa e professora;

- Dilma Rousseff: ex-presidente do Brasil, foi uma das fundadoras da organização VAR-Palmares tendo sido presa em uma sequência de detenções por parte dos militantes desse partido. Mineira de Belo Horizonte começou a militar na POLOP em 1964 e posteriormente passou a atuar na COLINA. Foi presa em 1970 e levada para o presídio Tiradentes de onde só foi libertada em 1972. No ano de 2012 instalou a Comissão Nacional da Verdade para apurar as violações dos direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 e 1988 incluindo o período da ditadura militar que foi de 1964-1985.

- Miriam Leitão: jornalista sofreu com o regime militar, passou por sessões de tortura em sala escura, ficando amarrada, nua e sozinha com uma cobra, ela não pode nem ligar para um advogado e possui memórias de momentos de humilhação.

Essas foram algumas mulheres que viveram os horrores da ditadura militar e dentre elas estão ainda Dinalva Oliveira, Maria Amélia de Almeida, Edna Roland, Diva Moreira, Helenira Resende, etc. Foram muitas as lutas enfrentadas por essas mulheres que contribuíram consideravelmente para que hoje em dia a mulher tenha mais visibilidade e espaço na sociedade contemporânea. Colling (1997) explica que a expressão utilizada pelos militares para referenciar as mulheres, era “subversivas” tal como aparece nos relatos das militantes sulistas é “Putá Comunista”. Simone relata o seguinte: “eles usavam uma expressão que é constante, eles não usam teu nome, eles usam sempre “puta comunista”. As mulheres segundo a visão patriarcal e machista da época deveriam ficar em espaços privados, em casa e cuidando dos afazeres domésticos e quando elas se propunham a ocupar outros espaços eram consideradas subversivas.

3. O LEGADO DA RESISTÊNCIA DA MULHER E OS IMPACTOS NO PÓS-DITADURA MILITAR

O presente capítulo tratará sobre o contexto das lutas de resistência das mulheres à ditadura militar, sobre os movimentos realizados por elas, como os movimentos se desenvolveram e o tratamento recebido dos militares durante à resistência. Visto que os movimentos de mulheres se desenvolveram significativamente no período da ditadura e modificaram o cenário em relação aos direitos das mulheres, quanto a igualdade de gênero, além disso, apontará as conquistas alcançadas por elas que perduram até os dias atuais, que influenciaram mulheres naquele período e ainda influenciam as mulheres contemporâneas e os movimentos feministas que lutam por igualdade de gênero e pela garantia dos seus Direitos Humanos.

Sobre os direitos da mulher como cidadã a Declaração dos Direitos Humanos (1948), dispõe no Artigo I e II que:

Art. I: A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. II: O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

A ditadura militar foi um longo período em que os militares após o golpe de 1964 subiram ao poder e começaram a governar o país com mãos de ferro. Durante a vigência do regime militar, aquele que fizesse algum tipo de oposição ao governo era perseguido, preso, torturado, desaparecia ou morria e a família nunca mais tinha notícias. As perseguições não eram direcionadas apenas aos homens, mas às mulheres que se envolviam em movimentos de luta e resistência também sofriam castigos deploráveis nas mãos dos militares.

No Relatório da Comissão da Verdade em 2013, Izabel Fávero em seu depoimento descreveu como ela se sentiu como mulher e militante no período da ditadura.

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra era mesmo “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta” (CNV, 2014, p. 400).

Os movimentos feministas surgiram com intuito de lutar para que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens e pudessem participar da vida social e política do país, visto que até então o posto que a mulher tinha direito de ocupar era de filha, esposa, mãe e dona de casa, ela só poderia viver uma vida privada de cuidados com o lar e a educação dos filhos e cuidado com os maridos, ela deveria ser submissa se solteira ao pai e quando casada ao marido.

Gislene Quaresma Oliva (2012), enfatiza que os movimentos sociais são em prol dos direitos e da igualdade social para as mulheres. Especificamente no período da Ditadura Militar que surgiram os movimentos e se intensificaram pela luta em prol de garantia dos Direitos Humanos. Nesse período as mulheres descontentes da situação que viviam dentro de seus lares em que eram privadas de direitos políticos e sociais e expostas as vontades dos homens começaram a organizar os movimentos e a questionar sobre o papel que estavam exercendo.

Melo (2010), salienta que a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho, o papel social da esposa e mãe, direito à aposentadoria para donas de casa, o direito ao uso de contraceptivos e o direito às creches eram questões relacionadas ao trabalho doméstico e que se somavam a tantas outras demandas, entre elas a luta pela liberdade de expressão, pela democracia e pelo direito de viver e ter seus direitos que a Ditadura ameaçava.

As mulheres descontentes com o papel lhes eram determinados pelo sistema patriarcal que ainda viviam, em que não podiam participar da vida social e nem das decisões políticas e começam a se questionar sobre a sua vida e a buscar o seu espaço e garantir os seus direitos e buscar a igualdade de gênero, visto que no período somente os homens podiam participar de todos os contextos da sociedade. As mulheres descontentes começaram a lutar pela igualdade de gênero e sair do sistema de exploração-dominação-opressão das mulheres.

Afirmando as falas de Gislene Quaresma (2012), Saffioti (2004, p. 116) afirma que:

violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função

patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal.

Diversos artigos e teses disponíveis em sites de pesquisa apresentam o contexto da ditadura militar e a atuação das mulheres como cidadãs em busca de um lugar na sociedade, na política e em todas as esferas sociais. As mulheres lutaram pelo direito de decidir sobre o próprio corpo e pelo uso de contraceptivos, pela educação feminina que eram destinadas apenas ao ensino no primeiro grau e ensino mais alto apenas para os homens, por um lugar no mercado de trabalho e por participação nas decisões políticas, além disso elas queriam igualdade de direitos perante os homens. As mulheres não eram valorizadas e como professoras recebiam um salário menor e, quando não se dedicavam a ensinar os trabalhos domésticos, elas acabavam sendo demitidas.

O artigo de Carla Cristina Garcia (2015) esclarece que em meados do século XIX, que as mulheres começaram a buscar o direito de estudar, no Brasil somente a partir de 1827 que elas puderam se matricular e estudar e o direito de cursar uma faculdade só foi conquistado mais de cinquenta anos depois, e segundo ela o Brasil teve sua primeira médica formada apenas em 1887 e que as mulheres que anterior a esse período tentaram estudar e se em um curso superior foram segregadas.

Nísia Floresta Augusta foi a primeira mulher do Brasil que defendeu publicamente a emancipação feminina, e publicava artigos em prol da emancipação da mulher e foi a primeira a buscar o direito de alfabetização de meninas e jovens e fundou a escola inovadora no Rio de Janeiro se tornando um marco para a Educação Feminina no Brasil e de acordo com (Duarte, 2003, p. 153). Achava que a educação era o primeiro passo para emancipação da mulher. Traduziu e publicou “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, manifesto feminista de Mary Wollstonecraft. Este livro:

[...] é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. [...] deve, ainda assim, ser considerado o texto fundante do feminismo brasileiro[...] (Duarte, 2003, p. 150).

Ademais o artigo apresenta as ideologias de Nisia Floresta vê a origem do preconceito no Brasil como herança da cultura europeia e repugna a ideia que o homem é superior, e, segundo ela, homens e mulheres são diferentes apenas nos aspectos físicos, e que as desigualdades como resultado da inferioridade surgem da educação e dos acontecimentos diários. Para combater a opressão feminina somente à educação que irá oportunizar que as mulheres compreendam que são inferiores. (Floresta, 1989).

Nesse sentido, os subtítulos abaixo tratarão sobre as consequências da Ditadura Militar para as mulheres, sobre os movimentos organizados por elas para defesa e garantia de seus direitos e a herança deixadas pelas mulheres que se organizaram e lutaram por uma vida melhor e por espaço na sociedade e poder usufruir dos seus direitos em situação de igualdade perante os homens como determina a Constituição Federativa de 1988.

3.1 A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS E O SURGIMENTO DO FEMINISMO FRENTE AO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

O feminismo é um movimento organizado de mulheres na busca por direitos e garantias de igualdade de gênero e participação em todas as esferas da sociedade. Cíntia Lima Crescêncio (2010) traz a definição do Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa que apresenta o feminismo como uma doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel dos direitos das mulheres na sociedade, e teoria que sustenta a igualdade política, social e econômica de ambos os sexos e uma atividade em favor dos interesses femininos, nesse sentido o feminismo é uma prática que defende os direitos das mulheres.

O Dicionário de Política define o feminismo como:

um movimento e um conjunto de teorias que tem em vista a libertação da mulher. Esse movimento nasceu nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 60, e se desenvolveu rapidamente por todos os países industrialmente avançados, entre os anos 1968 e 1977 (Odorisio, 2002. p.

486).

No entanto, o Dicionário de Política define que o feminismo apresenta-se de modo organizado historicamente, em que é elaborada uma diferenciação dos diversos eventos históricos, o feminismo está ligado a princípio aos movimentos e as teorias que surgiram os anos de 1960, em que destacam a libertação e a emancipação da mulher que ele define como:

o termo libertação é entendido como contraposto ao conceito de emancipação dos movimentos do século XIX, de que o Feminismo contemporâneo constitui a fase extrema e, ao mesmo tempo, a superação. A luta pela emancipação consistia na exigência da igualdade (jurídica, política e econômica) com o homem, mas mantinha-se na esfera dos valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos. Com o conceito de libertação, prescinde-se da “igualdade” para afirmar a “diferença” da mulher, entendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como assunção histórica da própria alteridade e busca de valores novos para uma completa transformação da sociedade (Odorisio, 2002, p. 486).

Partindo deste pressuposto trataremos no presente subtítulo sobre a luta das mulheres por igualdade de gênero e para exercer o papel como cidadã de direitos perante a sociedade, que de acordo com todos os artigos já citados até aqui, essa luta vem de períodos anteriores a contemporaneidade, desde o momento em que ela passou a refletir sobre o seu papel na sociedade e sua percepção quanto a mudança no seu modo de vida, momento esse em que passou a reivindicar seus direitos de igualdade de gênero e participação em todas as esferas da sociedade.

Nesse sentido, Gislene Quaresma Oliva (2020), enfatiza que o capitalismo industrial no Brasil contribuiu de modo relevante para que as mulheres mudassem sua opinião e posturas frente as ocupações sociais e o contexto que o Brasil vivia contribuiu para que as mulheres tomassem as rédeas da sua própria vida e tivessem consciência sobre a sua realidade e buscassem um novo ideal de vida. Os movimentos sociais das feministas que foram surgindo no período da ditadura estava vinculado ao feminismo da Segunda Onda que surgiu na América Latina na década de 1970 e por influência do movimento norte-americano e francês e pela Declaração da Década da Mulher entre os anos de 1975-1985 pela ONU.

Os movimentos de mulheres já aconteciam mesmo antes da década de 1970, haviam as que apoiavam a ditadura as chamadas Marchadeiras e as que eram contra, mas a partir dessa década os movimentos se intensificaram, e as mulheres utilizavam como instrumentos os periódicos especialmente o Brasil Mulher que era utilizado na periferia e nos chamados grupos

de consciência, os periódicos apresentavam como mulheres militantes mulheres brancas e de classe média e que já possuíam experiência política, em que se destacam Maria Amélia Teles e Joana Maria Pedro, que distribuía os periódicos.

Ademais, a autora aponta que os anos entre 1964-1974 houve uma intensa resistência à ditadura. Esses anos foram marcados por muitas perseguições, prisões e tortura, alianças entre o capital estrangeiro e o empresariado brasileiro, e vários movimentos de protestos ocorreram no Brasil. Nesse período se destacaram o Movimento Estudantil (ME) e as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), que lutava por tanto na zona rural quanto na zona urbana contra as injustiças sociais.

As CEBs se expandiram na década de 1970 ao mesmo tempo em que surgiam outras organizações de resistência à Ditadura, sendo ela uma oposição à ditadura e quanto as formas de exclusão social e política que estavam sendo praticadas no Brasil, e a reforma que a Igreja também estava passando contribuiu para a democratização social, cultural e política do país. Krischke (2003) enfatiza a importância que foram as CEBs quanto a relação entre Igreja e comunidades, pois “nessa linha, seria possível sugerir que as CEBs modernizam a Igreja e a sociedade, ao motivarem seus participantes para que superem a sujeição tradicional, numa busca por novos valores de participação, iniciativa, autoestima e respeito mútuo.” (Krischke, 2003, p. 202).

Na década de 1970 surgiu o Movimento Custo de Vida em São Paulo e outras capitais sendo esse o articulador de outros movimentos que foram extintos ou desestruturados com a promulgação do Ato Institucional nº 5 e anos mais tarde esse movimento passou a ser chamado de Movimento de Luta Contra a Carestia.

O período foi marcado por movimentos feministas que buscavam a valorização da própria vida e do corpo. O artigo de Cynthia A. Sarti (1998) enfatiza que os movimentos das mulheres mesmo passando pelos anos de chumbo que o país vivia, ganhou força nos anos de 1960, esse foi o período que a mulher mais se desenvolveu. A fase estava sendo marcada pelas mudanças no sistema educacional enquanto o país se modernizava, e mesmo que de maneira ainda excludente as mulheres foram alcançando mais espaço na sociedade.

O ano de 1968 foi acompanhado de uma grande efervescência no meio cultural, muitas mudanças em torno das questões afetivas e sexuais, além disso foi nesse período que as mulheres conseguiram o direito de utilizar métodos anticoncepcionais e decisão quanto a ter ou não ter filhos. A vida privada que até o momento era onde a mulher poderia pertencer, a partir de então a mulher deixa de viver o sistema patriarcal e passa a decidir sobre a sua forma de viver.

Em conformidade com Oliva (2012), Sarti (1998), enfatiza que o Ano Internacional da Mulher foi declarado pela ONU no ano de 1975 e o reconhecimento das questões da mulher como problema social pela ONU, ofereceu meios para a mulher atuar em situação de visibilidade, visto que até o momento elas atuavam de modo clandestino e abriu espaço para a formação de outros grupos políticos de mulheres, que passaram a atuar fazendo frente aos movimentos pela garantia de direitos e igualdade perante os homens. Desse modo foram criados grupos como, Brasil Mulher, Nós Mulheres e Movimento Feminino pela Anistia.

O período foi marcado por movimentos feministas e outros movimentos sociais urbanos, em especial nas comunidades das periferias que lutavam por moradia digna, água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo para o povo com intuito de melhorar as condições de vida das famílias e caracteriza a forma tradicional identificação social da mulher. Como dito anteriormente as mulheres militantes em maioria eram de classe social média e intelectualizada, e buscavam a transformação do mundo.

De acordo com Vera Soares (1998) com a declaração da ONU sobre as questões sociais da mulher, elas aproveitaram as brechas e organizaram encontros, seminários, conferências, que ocorreram principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e surgiu então a comemoração do dia oito (8) de março como Dia Internacional da Mulher e ocorre o surgimento de várias organizações e jornais feministas. Os primeiros grupos feministas que surgiram na década de 1970, lutavam por igualdade das mulheres, pela anistia e abertura democrática. De acordo com Singer (1980), eram grupos de reflexão e pressão, cujas feministas tomaram como tarefa traduzir sua motivação original em proposições que sejam relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las contra a opressão de sexo e de classe (Singer, 1980, p. 119).

A militância feminina passou a ter apoio dos sindicatos o que impactou significativa na luta das mulheres, que debateram com a esquerda sobre políticas progressistas e teorias e práticas da política. além disso elas buscavam o direito de ter filho ou não, a punição de assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica, dentre outros.

Ademais, Soares (1998) aponta que dentre os anos de 1970 e 1980 as mulheres começaram a se destacar como trabalhadoras tanto nas áreas urbanas, quanto nas áreas rurais. De acordo com Cappellin (1994), com o aumento significativo das mulheres no trabalho da mesma forma em que foram aumentando a sindicalização e a emergência do movimento de mulheres que influenciou a forma do sindicato enxerga-las como trabalhadoras. Além disso, surgem as comissões de mulheres bem como os departamentos nos sindicatos e nas suas

centrais sindicais. Estas vão se constituir em lugares onde são geradas as reflexões e propostas de ação sindical das mulheres, um lugar onde as trabalhadoras possam romper seu silêncio, falar de suas angústias e medos e legitimar uma representação feminina num espaço político considerado masculino (Neves, 1994, p. 255).

Com o crescimento dos movimentos das mulheres, a sua inserção no trabalho e nas frentes sindicais, as centrais sindicais precisaram abrir uma organização para atender as demandas das mulheres trabalhadoras, como o cotidiano do trabalho, a desvalorização do salário, da separação dos cargos, ausência de infraestrutura para assistência a mulher gestante, a violência e sobre as práticas sindicais nas soluções das reivindicações. Dentre essas mulheres que trabalhavam na área urbana, as trabalhadoras rurais e camponesas contribuíram nos movimentos das mulheres em busca de seus direitos como reforma agrária, melhores condições de produção, preços agrícolas, salários e direitos sociais e buscavam visibilidade enquanto mulheres trabalhadoras com direitos igualitários.

Sejam pequenas produtoras rurais, sem-terra ou barrageiras, bóiasfrias ou empregadas nas grandes fazendas, elas vêm transformando o cenário político e social da agricultura brasileira ao mostrar sua combatividade e determinação na luta pela conquista de uma nova identidade social, a de mulheres trabalhadoras rurais (Lavinias, Cappellin, 1991, p. 28).

De acordo com Leila de Andrade L. Barsted(1994) a década de 1980, o movimento feminista foi ampliado para movimento das mulheres e fez frente contra a Ditadura e em busca de redemocratização, dados do artigo aponta que antes do restabelecimento da democracia o movimento feminista era intenso, mas bem organizado. Nesse sentido, esses movimentos souberam identificar as brechas democráticas de um estado que ainda não havia declarado o fim da ditadura militar e então os movimentos das mulheres passas a dialogar com o estado sobre políticas públicas contra a discriminação das mulheres.

Nesse período, em que ocorria a redemocratização os movimentos das mulheres se expandiram com vistas a influenciar os governos quanto a elaboração de políticas públicas, influenciaram partidos políticos, sindicatos e organizações populares para incorporar a discussão sobre a discriminação em suas pautas de reivindicações e a estimular as mulheres para participar da elaboração da nova Constituição.

Se as mulheres da sociedade atual têm tantos dos seus direitos garantidos e respeitados, isso se deu graças a inúmeras mulheres que tiveram a coragem de fazer frente e

formar movimentos de resistência aos militares da ditadura militar ao longo dos 21 anos que ela vigorou, e pela busca incessante por garantia de direitos sociais, igualdade de gênero e participação na vida social, política, econômica e cultural na sociedade brasileira, apesar dos direitos já conquistados ainda estamos longe de uma sociedade totalmente igualitária de direitos e justiça social.

3.2 O LEGADO DEIXADO PELAS MULHERES DA DITADURA MILITAR E AS LEGISLAÇÕES ATUAIS

As mulheres, por séculos foram vistas como a figuras frágeis e vivia a princípio o sistema de patriarcado em que ela era vista como o “anjo do lar”, cujas funções giravam em torno de cuidar do lar, do marido e dos filhos, elas viviam no privado e não poderia ter uma vida social e somente os homens poderiam frequentar todos os setores da sociedade. Nesse sentido, Liliane Cristina Soares Sousa (2020), esclarece que as pesquisa historiográficas analisam de forma crítica o legado que a ditadura deixou para a sociedade contemporânea, especialmente a militância feminina.

Assim como as mulheres do período da ditadura as mulheres ainda são alvos de preconceitos, de repressão e violência, podemos comparar a violência doméstica como um legado da ditadura e do patriarcalismo no Brasil, sendo que a violência doméstica é uma expressão da questão social que apresenta como reflexo da subvalorização da mulher na sociedade capitalista, que de acordo com Saffiotti (2004, p. 105), “neste regime as mulheres são objetos para a satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho, e de novas reprodutoras”. A autora acrescenta ainda que esse processo de dominação e exploração que as mulheres sofreram acarretaram, dentre outras coisas, em discriminação salarial das trabalhadoras, a segregação ocupacional, marginalização de contribuições econômicas e político-deliberativos e sobre o controle de sua sexualidade e o direito de reprodução.

O mesmo artigo enfatiza que as mulheres da sociedade contemporânea, a exemplo das mulheres do período da ditadura são alvos de preconceitos, de repressão e violência doméstica, violência no trabalho e violências psicológicas, mas que ficaram como legado o sentimento de justiça social, de luta por igualdade de gênero e igualdade de direitos sociais e políticos, o direito de atuar nas decisões importantes, o direito a educação, o direito de viver sem opressão e

ter liberdade para expor suas ideias e sentimentos diante de injustiças.

Sobre a mulher ter herdado do período da ditadura a violência, o artigo de Larissa da Conceição Barradas et. al (2019), afirma que o feminismo surgiu no Brasil como meio para desafiar o governo militar e a resistir bravamente sobre as atrocidades que eram cometidas com base no temor de uma invasão comunista. De acordo com Souza e Andrade (2016) o feminismo se deu de forma desafiante e buscou emancipação política dentro da sociedade conservadora. No período da ditadura, muitas mulheres foram presas e exiladas pois, estavam lutando por direitos iguais para todos, independentemente de sua raça, cor, gênero, etnia, etc.

Contudo, mesmo as mulheres sofrendo com os castigos impostos pelos militares, Gracia (2014) aponta que mesmo com a opressão que elas vivenciaram no período, as mulheres continuaram lutando e reivindicando o fim da ditadura e seus direitos. A implementação de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres foi uma grande conquista dos movimentos feministas a partir da década de 1980. Consta no artigo de Larissa Barradas (2019) no ano de 1985 foi inaugurada a primeira Delegacia de Atendimento as Mulheres (DEAMs), enquanto ocorria o processo de redemocratização do Brasil. De acordo com Santos (2005), as delegacias eram uma resposta do governo às inúmeras denúncias dos movimentos feministas em relação ao descaso policial diante de crimes contra as mulheres.

Foram criados no mesmo período o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CDNM). No ano seguinte em São Paulo foi criada a Secretaria de Segurança Pública e, a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de violência ou risco de morte. Essas casas foram criadas para disponibilizar serviços que incluem programas e benefícios de acolhimento provisório para mulheres que sofreram com violência doméstica ou tráfico de mulheres, dentre outros crimes cometidos contra as mulheres e que sofreram com algum tipo de ameaça, o ambiente deve ser protetor e acolhedor.

O abrigo não se refere somente aos serviços propriamente ditos (albergues, casas-abrigo, casas-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração etc.), mas também inclui outras medidas de acolhimento que podem constituir-se em programas e benefícios (benefício eventual para os casos de vulnerabilidade temporária) que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar. (Brasil, 2011, p. 15).

Essas três conquistas da luta do movimento feminista brasileiro foram, durante muito tempo, as principais balizas das ações do Estado no que tange a garantia dos direitos das

mulheres no enfrentamento à violência (PNEVCM³,2011).

No ano de 2003, foi instituída a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres/SPM, que na atualidade é conhecida como Ministério, que tem como meta a inserção da igualdade de gênero nas políticas públicas (Lisboa, 2014). Em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha sob o nº 11.340 e incorporadas ferramentas para a promoção da garantia de direitos às mulheres vítimas de violência doméstica, como a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (PNEVCM) no ano de 2011 e dentro dos objetivos seguintes:

[...] explicitar os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à questão, que têm orientado a formulação e execução das políticas públicas formuladas e executadas – desde a criação da SPM em janeiro de 2003 – para a prevenção, combate e enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres e situação de violência. (PNEVCM, 2011, p. 10).

Contudo, para a aplicação da Lei Maria da Penha e para o processo contra o agressor, é necessário que a vítima seja encaminhada para o serviço de perícia médica que são o Departamento Médico Legal (DML) ou Institutos Médicos-Legais (IML), são órgãos especializados em realizar exames e registrar as marcas das agressões contra a vítima, para fins processuais. Desse modo, os serviços médicos - legais são essenciais para comprovação de lesões corporais, estupro ou homicídios, sendo obrigatório o uso de médico-Legais para aplicação da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha, define como formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres:

- I – à violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II – à violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III – à violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a

³ PNEVCM é a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, foi criada com objetivo de prestar assistência às vítimas, combate e enfrentamento, prevenção e garantia de direitos concedidos às mulheres que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade.

presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – à violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Mais adiante, em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.104/2015 intitulada como a Lei do Feminicídio. A lei prevê o crime de feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Infelizmente, esses crimes são constantemente noticiados nas mídias, são crimes cometidos por indivíduos que se acham donos do parceiro (a) e não se conformam com a separação. No ano de 2017 foi criada a Lei nº 13.427/2017 para garantir atendimento especializado para as vítimas de violência doméstica e sexual no Sistema Único de Saúde (SUS) e para garantir atendimento médico e psicológico e quando necessário plásticas reparadoras.

A Lei nº 13.505/2017 faz alteração na Lei Maria da Penha, no sentido de dar autonomia aos delegados de polícia para concessão de medida protetiva de urgência para as mulheres que sofreram violência domésticas e seus filhos. Em relação a medida de urgência:

Art. 23. Poderá o Juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I -Encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II-Determinar a recondução da ofendida e de seus dependentes ao seu respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III-Determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV-Determinar a separação decorpos. (Brasil, 2006).

A Lei nº 13.641/2018, torna crime o descumprimento das medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha e desse modo, contribui para o combate à violência cometida contra as mulheres. Mesmo com tantas leis de proteção as mulheres ainda ficam à mercê de maridos, companheiros que não respeitam seus direitos e nem as leis de proteção e cometem crimes de violência doméstica e em muitos casos chegam ao feminicídio deixando crianças órfãs e

famílias desoladas.

O subtítulo buscou analisar as contribuições dos movimentos feministas quanto aos direitos das mulheres, que contribuíam para que as mulheres ao longo dos tempos, continuassem a buscar e a enfrentar as injustiças sociais e conquistar seu espaço na sociedade e ser detentora de direitos igualitários e desse modo ter uma vida digna e poder participar de modo ativo nas decisões importantes da sociedade.

3.3 DISCUSSÕES E RESULTADOS SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

O tema sobre a ditadura militar sempre foi um tema que me despertou interesse, por saber sobre os aspectos que levaram ao golpe de 1964 e sobre como foi o período da ditadura militar em que a sociedade brasileira passou por um período difícil e foi governado com mãos de ferro pelos militares. Mas o que me interessa mesmo é saber sobre a historiografia da mulher e seus movimentos de resistência frente a ditadura, visto que a mulher no período era aquela que vivia na vida privada, nos cuidados do lar e da família e não participava das decisões mais importantes do país, por esse motivo o Trabalho de Conclusão de Curso foi dedicado a fazer uma análise de referenciais teóricos, artigos e teses que aguçassem e ajudassem na compreensão do contexto da ditadura militar e sobre a atuação da mulher para garantia de direitos e que até os dias atuais vem influenciando grupos feministas por justiça e igualdade de gênero.

Sobre a importância do feminismo Joan Scott (1997) conforme cita Natália de Souza Bastos (2004), salienta que o movimento feminista foi extremamente importante na década de 1960 nos Estados Unidos. Para ela a ligação da história das mulheres e política é óbvia e complexa:

esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla; no início houve uma conexão direta entre política e intelectualidade. Mais tarde – em algum momento entre a metade e o final da década de 70 – continua o relato, a história das mulheres afastou-se da política. Ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria. (Bastos *apud* Scott, 1992, p. 276).

Os movimentos feministas se intensificam a partir da década de 1970, em que mulheres se organizaram para buscar a garantia de seus direitos de participação ativa na sociedade, por igualdade de gênero, pelo direito de tomar as decisões sobre o próprio corpo e sobre a fecundação, as mulheres começaram a perceber que estavam sendo privadas dos direitos humanos. As mulheres brasileiras a exemplo de mulheres de outros países descontentes com a situação de patriarcado a que estavam inseridas, começaram a reivindicar seus direitos.

Sobre a participação das mulheres na ditadura consta no artigo de Letícia Garcia Ribeiro Dyniewicz (2017) que as mesmas fizeram resistência armada dentre os anos de 1969 a 1975, e essa resistência à ditadura fizeram com que elas sofressem discriminações de seus companheiros ou de seus rivais, seja pela superproteção ou por acharem que elas não tinham resistência física ou intelectual para avançar com seus ideais, pois para os homens as mulheres não tinham o direito de participar da vida política e nem frequentar os espaços públicos e sociais. Amélia Teles (1999, p. 70), afirma que:

mesmo seus companheiros tratavam-na como alguém a ser tutelada, mantendo assim a mulher como indigna do espaço público. Quando caíram nas mãos dos inimigos, enfrentavam a tortura e seus algozes aproveitaram-se delas para a prática de violência sexual.

As mulheres atuavam nos centros urbanos e também nas selvas em diversos lugares, mas enfrentavam preconceito por parte dos soldados, pois eles não esperavam se deparar com mulheres e sim com homens para lutarem de igual para igual, visto que eles consideravam a mulher inferior e mais frágil.

As mulheres sempre foram alvos de palavras que as diminuíssem, que as colocam em condição de inferioridade perante os homens, sendo que de acordo com a nossa Constituição Brasileira nós somos todos iguais e temos os mesmos direitos. O fato é que os movimentos feministas que surgiram ao longo da ditadura militar são influências até os dias atuais para que as mulheres da sociedade contemporânea se coloquem em condição de reflexão e percepção quanto ao espaço que ocupa e busque os direitos humanos que por vezes lhes é negado.

Uma discussão colocada acima sobre os direitos das mulheres e as legislações são muito importantes pois são consequências de movimentos feministas para que fossem implementados espaços e Leis no sentido de corroborar com a questão social da luta da mulher que vem de anos atrás. Nesse sentido vamos discutir e apresentar o que de fato foi

conquistado, se ainda funciona as conquistas e comparar a finalidade das Leis com a prática no seu uso. Atualmente o Brasil tem uma legislação muito boa quanto a defesa dos direitos das mulheres, mas que precisam funcionar na prática. Existem pelo país a fora inúmeras delegacias de proteção as mulheres, mas que nem sempre estão abertas ou funcionando.

Conforme o artigo de Beatriz Borges Brambilla (2021) as Delegacias Especializadas, estão em grande parte em condições precárias com viaturas sucateadas, e sem quantitativo de efetivo para atender e proteger essas mulheres. Sem falar que muitos dos juizados ainda funcionam dentro de uma realidade patriarcal que responsabiliza a mulher pela violência que a mesma sofreu, tirando a mesma da condição de vítima para acusada, e quando sofrem novamente nem se quer denunciam quando não perdem a vida nas mãos de companheiros.

Entretanto, a polícia que atua nessas delegacias deveriam ser o acesso dessas mulheres a justiça e a busca por proteção, quando na verdade por falta de políticas de acolhimento às vítimas de violências nas delegacias despreparadas, as colocam novamente em situação de perigo e exposta a mais violência. Sobre o atendimento despreparado dos policiais às vítimas de violência Ferro, Faria e Souza (2019) afirmam que:

o atendimento das mulheres vítimas de violência, no mesmo espaço físico que o agressor, ou em público, sem a devida segurança e privacidade, por meio de equipe não especializada e sensível à questão de gênero, conduz a uma agressão sistêmica aos direitos humanos destas mulheres, mormente quando não disponibilizada equipe multiprofissional, especialmente no estado emocional de flagrância dos acontecimentos (Ferro; Faria, Souza, 2019, p. 24).

As mulheres lutaram pelo direito a educação, e de acordo com Garcia (2015) elas só tinham direito ao ensino primário e foram conquistando o espaço pela educação ao longo dos anos e somente em 1887 que o Brasil teve sua primeira médica mulher formada, pois bem suas lutas em favor da educação surtiram efeito, visto que a educação é a única maneira para a emancipação e formação de indivíduos e sociedade preparada.

A Emenda Constitucional de 1969 (art. 176, § 3º incisos I e II) dispões que a educação como dever do Estado e assegura o ensino primário obrigatório para todos, dos 7 aos 14 anos, como direito (Brasil, 1969). Nesse sentido de acordo com Horta (1998, p. 24) essa mesma Constituição “retoma dispositivos legais presentes na educação brasileira desde o Império, relacionando a obrigatoriedade escolar com a faixa etária e com o nível de ensino”. Hoje conforme consta na Constituição Federativa de (1988) todos têm direito a educação,

sendo dever do Estado, da sociedade e da família promover meios de acesso e permanência na escola.

As mulheres por séculos ocuparam posição de submissão. O casamento era uma forma de procriar e formar grandes famílias, o sexo era visto apenas para a reprodução e não para o prazer, e com isso as mulheres iam tendo filhos e ficando presas aos serviços domésticos e ao cuidado dos filhos. Uma das lutas dessas mulheres foi pelo direito de decidir sobre seu corpo e para acesso ao uso de contraceptivos e o direito ao sexo por prazer e não apenas para ter filhos. Uma herança deixada para nós mulheres da contemporaneidade que temos acesso facilitado e até gratuito a contraceptivos e o direito de decidir sobre quando ter filhos e a ligadura das trompas em caso de não mais querer ou poder gerar um filho.

Na sociedade atual, as mulheres têm ocupado cada vez mais espaços dentro de empresas, indústrias, comércio, serviços públicos e privados, mesmo que ainda não sendo tão valorizadas quanto aos homens como trabalhadoras. Os salários, em muitos locais empregatícios já são iguais para ambos os sexos, mas ainda é preciso mais políticas trabalhistas para igualar tanto carga horária quanto salário das mulheres que atuam nos diferentes cargos. Sendo, o direito ao trabalho, um avanço conquistado pelas mulheres da ditadura militar.

Atualmente temos um número considerável de mulheres a frente de instituições, de grandes empresas, de cargos públicos, cargos políticos, enfim, a mulher a exemplo daquelas dos movimentos de resistência vem buscando o seu lugar no mundo, temos médicas, atrizes, cantoras, pastoras, empresárias, um grande número de professoras que atuam no ensino no Brasil, as mulheres estão tendo mais visibilidade e conquistado o direito de ser “Mulher”, aquela que é mãe, universitária, trabalhadora, política e demais profissões importantes que as mulheres vem ocupando.

Todas as discussões nos apresentam que o contexto da ditadura militar foi um período complexo e difícil da história brasileira, mas foi o período em que a mulher despertou para o que vivia, transformando seu modo de pensar e principalmente teve coragem e força para lutar por seus direitos e garantias de uma vida digna e com direitos igualitários. Desse modo, somos um exemplo vivo de que as mulheres evoluíram e deixaram marcas profundas quanto ao nosso desenvolvimento e se hoje as mulheres tem acesso a tantos direitos, isso se deve a garra e a força das militantes contra a ditadura militar.

Imagem 01: Em 1968, as atrizes Eva Todor, Tônia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengell, marcharam contra a censura do governo em plena ditadura militar/ Foto: Gonçalves / Agência O Globo



Imagem 02: Passeata do Dia da Mulher no Rio na década de 1980: Feminismo ganhou força com fim da ditadura/ Foto: Paulo Moreira/Agência O GLOBO



CONCLUSÃO

A ditadura militar foi um período marcado por um governo autoritário, que violava os direitos humanos da população e quando constataavam oposição ao seu governo cuidavam de perseguir e punir os considerados subversivos. Foi um período longo da história política brasileira e teve uma duração de mais de vinte anos, em que pessoas desapareceram, foram presas, sofriam todo o tipo de castigo. Foi nesse contexto que surgiram os movimentos sociais e feministas de resistência contra o regime militar.

A historiografia retrata que os civis sofreram todo o tipo de violação por parte dos militares, homens e mulheres que se opunham aos seus desmandos. O trabalho enfatizou sobre o papel da mulher nas lutas por justiça social e por igualdade de gênero, visto que até o período citado elas viviam uma vida privada de participar das questões da sociedade e ficavam imersas no mundo do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, sem direito a uma educação de qualidade, sem poder participar da vida política e trabalhar no mercado de trabalho, elas apenas existiam para casar e ter filhos. No entanto, as mulheres brasileiras foram

as que mais se destacaram no desenvolvimento frente a luta por seus direitos, sendo que as mesmas lutavam pelo direito de trabalhar fora de casa, decidir quando e se teriam filhos, pelo direito de utilizar os métodos contraceptivos e por participação política e social.

Nesse sentido, buscou se evidenciar os movimentos e as organizações às quais as mulheres fundaram ou participaram no contexto da ditadura militar e sobre a importância de suas ações para a prevalência dos direitos igualitários e por visibilidade que lhes eram negadas. Os movimentos eram formados por mulheres de diferentes situações econômicas, de classes baixas, médias, altas, enfim por mulheres que independente da classe social que pertenciam, estavam descontentes em relação ao lugar ocupado e buscava um lugar de atuação igualitário e justo, e, no contexto dessas lutas, muitas mulheres se destacaram, as quais algumas foram citadas no decorrer do trabalho juntamente com as suas contribuições nessas lutas de resistências.

Ficou evidente que as lutas protagonizadas pelas mulheres da ditadura foram relevantes e cruciais para que a mulher tivesse seus direitos reconhecidos, pudessem frequentar escolas, decidir sobre os seus próprios corpos em especial quando relacionado a saúde, trabalhar e se desenvolver economicamente, a conquista pela participação na política e o direito de frequentar os contextos sociais em situação de igualdade com os homens.

As mulheres citadas no trabalho representam o grande número de mulheres que atuaram na luta de resistência, bem como aquelas que por muitos anos lutavam por ter notícias de seus entes que desapareceram no período da ditadura, e dentre essas mulheres ainda existem personagens importantes que lutaram e ainda lutam pelos direitos femininos. Desse modo, é relevante ressaltar que as mulheres da ditadura retratadas deixaram um legado de conquistas que influencia até os dias atuais as lutas feministas por direitos igualitários, justos e por reconhecimento de seus direitos humanos na sua integralidade.

Contudo, mesmo tendo alcançado avanços no reconhecimento a sua participação na transformação e redemocratização do Brasil, e tendo sido fundamentais na luta por igualdade de gênero e justiça, os desafios que elas enfrentaram ainda refletem nas lutas dos movimentos sociais da atualidade que inspirados em movimentos do passado, buscam ampliar o seu espaço na luta por seus direitos e para não terem que viver um sistema opressor e discriminatório por conta do seu gênero e por ser considerado sexo frágil, que não suporta lutas e batalhas por justiça social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Deborah Azevedo; CUNHA, Hagda; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. Mulheres na Ditadura Militar Brasileira (1964-195): Análise de Memórias à Luz da Violação aos Direitos Humanos. **Revista Contemporânea**, vol. 4, n.º. 9, 2024. ISSN: 2447-0961.

Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5614/4162>. Acesso em 01. out. 2024.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro, 2004**. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1454.pdf>Acesso em: 05. nov. 2024.

BARRADAS, Larissa da Conceição. **Violência Doméstica Contra Mulheres: uma Herança do Patriarcado**. Disponível em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1450_14505cca3f662b892.pdf. Acesso em 06. nov. 2024.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Em Busca do Tempo Perdido: Mulher e Políticas Públicas no Brasil 1983-1993, 1994**. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v02sespecial/v02sespeciala05.pdf>. Acesso em: 05. nov. 2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRAMBILLA, Beatriz Borges. **Estado Patriarcal e Políticas para Mulheres: Da Luta pela Equidade de Gênero ao Caso de Polícia, 2021**. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/5/44>. Acesso em 08. nov. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69. Acesso em: 01. nov. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 Ag. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o §7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=12181A68658613ECA9C9DA6751866E77.proposicoesWebExterno2?codteor=306441&filename=LegislacaoCitada+-PL+5230/2005. Acesso em: 15 ag. 2024.

BRASIL. **Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal [...] e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas, 2011a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigo>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas da Presidência da República, 2011b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. “Tortura”**. In:Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014a. v. 1, cap. 9. p. 327-380.

BRASIL. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio [...] incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017. Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990** [...] para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Lei/L13427.htm> Acesso em: 08. nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.505, de 8 de novembro de 2017.** Acrescenta dispositivos à Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm> Acesso em 08 nov. 2024.

CAPPELLIN, Paola. 1994. **Viver o sindicalismo no feminino.** Revista Estudos Feministas, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada.** São Paulo: Editora Globo, 1998. CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para sua história.** 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a Ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, Rosas dos tempos, 1997.

COLLING, A. M. **“As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil”.** In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 8, 2004. Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf. Acesso em: 20/02/ 2015.

CORRÊA, S.; ÁVILA, M.B. **Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros.** In: BERQUÓ, E. (org.). **Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003. p. 17-78.

COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; SILVER, Lynn Dee. **Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão.** Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. v. 6, n. 1, p. 75-84, mar. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292006000100009>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21. Ag. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p.

171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 20. Ag. 2024.

Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS 3. **Versão monousuário 3.0**. Jun de 2009. Instituto Antônio Houaiss. Produzido e distribuído por Editora Objetiva LTDA. Programa.

DORLIN, E. **Sexo, Gênero e Sexualidades: Uma Introdução à Teoria Feminista**. Paris: PressesUniversitaires de France, 2008.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. Acesso em: 21. Ag. 2024.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 287-293, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100015>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015. Acesso em: 31 Ag. 2024.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil (2003)**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02. out. 2024.

DYNIWICA, Letícia Garcia Ribeiro. **Vozes silenciadas: apontamentos sobre violações de direitos humanos contra mulheres na ditadura civil – militar brasileira, 2017**. Disponível em: [https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503754203_ARQUIVO_dyniewicz_leticia_fazendogenero\(2\).pdf](https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503754203_ARQUIVO_dyniewicz_leticia_fazendogenero(2).pdf). Acesso em: 10. nov. 2024.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; MEDEIROS, Talita Gonçalves de. **A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 375-378, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p375>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100375#:~:text=A%20atualidade%20da%20obra%20%C3%A9,do%20Minist%C3%A9rio%20das%20Mulheres%2C%20da. Acesso em: 30 ag. 2024.

FERNANDES, J. C. **I love guerrilheira Sonia**. *Gazeta do Povo*, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/josecarlos-fernandes/i-love-guerrilheira-sonia-bnaurjlbucfyenp08jqccab7y>. Acesso em: 14. out. 2024.

FERREIRA, Jorge. **O Brasil e a Transformação Social: 1950-1960**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 278.

FERRO, Á. K; FARIA SOUZA, Ú.G.T. “Violação de Direitos Humanos: Atendimento Policial à mulher Vítima de Violência Doméstica”. **Revista da EMERON: Escola da**

Magistratura do Estado de Rondônia, n. 25, 1996.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens.** São Paulo: Cortez, 1989.

FONTES, Jaqueline Alves Leal. **A Resistência e Repressão da Mulher, no Contexto da Ditadura Militar na Concepção de Ana Maria Colling, 2013.** Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/bitstream/riueg/3446/2/MG93%20-%200480-2013.pdf>. Acesso em: 10. out. 2024.

FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do Movimento feminista no Brasil (2015).** Disponível em: <https://flasco.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acesso em: 01. out. 2024.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; BRAGA, Raquel Xavier Vieira. **O Direito e a Arte na Resistência Feminina ao Autoritarismo Patriarcal Durante a Ditadura.** Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ODireitoEAArteNaResistenciaFemininaAoAutoritarismo-9513203.pdf>. Acesso em: 30. Ag. 2024.

GORENDER, J. **Combate nas Trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

GRACIA, E. F. **Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira. 2014.** 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 104, p. 5-34, jul. 1998.**

KRISCHKE, Paulo J. **Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores Sociais e Mudança Cultural.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KOSELLECK, Reinhart, **“Modernidade” in: Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos.** Contraponto, Rio de Janeiro, 2006.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de Arara: a violência militar no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

LAVINAS e CAPPELLIN, Paola. 1991. **Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais. Mulheres trabalhadoras rurais, participação e luta sindical.** Rio de Janeiro, DNTR/CEDI, maio de 1991.

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social**. Temporais: Brasília (DF), n. 27, p. 33-56, jan/jun 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543>> Acesso em: 08 abr. 2019.

MEDEIROS, Lisiane Alonço; LEMANSKI, Rosana Moretto; MEDEIROS, Valquíria Trezciac. **Mulher: Militância, Ditadura e Repressão, 2017**. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigosdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/militancia-repressao.pdf. Acesso em 15. out. 2024.

MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)**. UFSC, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá**. Interfaces Brasil/Canadá: Revista Brasileira de Estudos Canadenses, Canoas, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: 21. Ag. 2024.

MITCHELL, Juliet. A Situação das Mulheres nos Tempos da Ditadura A Revolução das Mulheres é a Mais Longa. **RIDH | Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014**. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/173-633-1-PB%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/173-633-1-PB%20(7).pdf). Acesso em 10. out. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez. 1948**. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 01. nov. 2024.

NEVES, Magda. 1994. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem**. Rio de Janeiro, Vozes.

ODORISIO, Ginevra Conti. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 12º ed., 2002.

OLIVA, Gisele Quaresma. **Os Movimentos Sociais Femininos do Norte de Minas no Contexto da e Pós Ditadura Militar, 2012**. Disponível em: <https://repositorio.unimontes.br/handle/1/1394>. Acesso em: 02. nov. 2024.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcanti. **A violência de gênero durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) sob as lentes de Ozualdo Candeias**. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/745/pdf>. Acesso em: 05. out. 2024.

OTTO, Clarícia. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso

em: 30 Ag. 2024.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** *História*, v.24, n. 1, Franca, 2005, p. 77-98. • n. 71 • dez. 2018 (p. 193-210) 209.

PEDRO, João; SILVA, Maria. **As novas faces do feminismo: Diversidade e desafios no século XXI.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

PEDRO, João; SILVA, Maria. **Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989).** In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF.

PINTO, Ana. **A mulher e os meios de comunicação: uma análise das representações femininas na mídia.** São Paulo: Editora Moderna, 2010.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva.** In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, Monterrey, Nuevo León, México, 2019. Anais [...]. s. l.: ALACIP; Asociación Mexicana de Ciencias Políticas A.C. (AMECIP); Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 22.Ag. 2024.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930).** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSENFELD, Anatol. **A arte do teatro: aulas de Anatol Rosenfeld.** São Paulo: Publifolha, 2009.

ROVAI, M. G. de O. (2019). Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula. **Revista História Hoje**, 8(15), 89–110. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.506>. Acesso em 12. nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da; ARAÚJO, Maria Paula. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.** Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar-_ver_sao-final.pdf. Acesso em 20. ag. 2024.

SARDENBERG, Cecília M. B. **O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres, 2018.** Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/grmb,+inc.soc.v11-n2-2018-ID-4106.pdf>. Acesso

em: 02. out. 2024.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p.64.

SARTI, C. A. “**O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (Latin American Studies Association), n. 21, 24/26 set. 1998. Chicago. Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 20/03/ 2015.

SILVA, Elizabete Rodrigues. **Feminismo Radical – Pensamento e Movimento**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+Gerente+da+revista,+3107-11498-1-CE.pdf>. Acesso em 20. Ag. 2024.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade et. al. **As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas, 2021**. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/7948-22664-1-PB.pdf>. Acesso em: 02. out. 2024.

SILVEIRA, LorenaBurjack. **Estados Unidos e o Golpe de 1964: suporte logístico, bélico, financeiro e a concessão de exílio político**. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_LorenaBurlveira.pdf. Acesso em 22. Ag. 2024.

SINGER, Paul. 1980. **O feminino e o feminismo**. In: SINGER, P., BRANDT, V. C. et alii. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis, Vozes.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris–RTJ, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020**. Disponível em:
<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 31. Ag. 2024.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil ,1998**. Disponível em:
<https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/05/feminismonobrasil.pdf>. Acesso em: 05. nov. 2024.

SOIHET, Rachel. **Feminismo e política: a construção da subjetividade feminina**. São Paulo, 2013.

SOIHET, Rachel. **A construção da subjetividade feminina: corpo e política**. São Paulo, 2002.

SOUSA, Liliane Cristina Soares. **Vozes Femininas Contra o Legado da Ditadura: Mulheres e Militância Política no Documentário Brasileiro Contemporâneo**. Disponível em:
https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5161/5/Liliane_Sousa_2020.pdf. Acesso em: 05. nov. 2024.

SOUZA, M. D. P.; ANDRADE, A. **Gênero, feminismo, feminicídio e serviço social: um convite ao debate ao assassinato de mulheres**. Disponível em:
<http://socialuern.blogspot.com/2016/02/genero-feminismo-femicidio-e-servico.html>>Acess

o em: 08. nov. 2024.

Teles, Amelinha & Teles, Criméia. **Mulheres na Luta Armada: Memórias de Militantes da Ação Libertadora Nacional e Vanguarda Popular Revolucionária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TELES, Edson. **Democracia e Estado de Exceção no Brasil. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos** (1: 2011: 02 a 30 abr.: Porto Alegre, RS. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: APERS, 2011

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>. Acesso em 16. out. 2024.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós luta armada (1978- 1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **O Movimento Feminino pela Anistia como partida para aredemocratização brasileira**. In: Encontro Estadual de História, 9, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf. Acesso em: 29 Ag. 2024.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.